

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO
COLEGIADO DE JORNALISMO

DANIEL CORDEIRO ALVES

**ESTUDO EXPLORATÓRIO DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NO AMAPÁ NA
PERSPECTIVA DO MARCO REGULATÓRIO BRASILEIRO PARA O SETOR**

MACAPÁ-AP
2017

DANIEL CORDEIRO ALVES

**ESTUDO EXPLORATÓRIO DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NO AMAPÁ NA
PERSPECTIVA DO MARCO REGULATÓRIO BRASILEIRO PARA O SETOR**

Monografia apresentada ao Colegiado do
Curso de Jornalismo da Universidade
Federal do Amapá, como requisito parcial
para obtenção do grau de bacharel em
jornalismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabel Regina
Augusto.

**MACAPÁ-AP
2017**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
BACHARELADO EM JORNALISMO

Estudo exploratório da radiodifusão comunitária no Amapá na perspectiva do marco regulatório brasileiro para o setor.

AUTOR: Daniel Cordeiro Alves

Defesa em:

Conceito obtido:

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

A minha eterna gratidão aos meus pais, Romeu João Rodrigues Alves e Valmira dos Santos Cordeiro Alves, por terem sempre acreditado neste filho caçula. Obrigado pelos momentos que cederam os ouvidos e todos os afagosos conselhos que fizeram de mim um homem justo e honrado.

Aos meus irmãos, Clarissa Cordeiro Alves Arrelias e Davi Cordeiro Alves, agradeço pelos laços de confiança, pela torcida sempre a favor e por todos os exemplos que me deixam como herança, que esse vínculo que nos une seja sempre infinito e abençoado.

Agradeço a minha esposa Tuany Samara da Silva Soares, principalmente pela confiança, você sempre acreditou em mim bem mais do que eu mesmo. Obrigado por todos os puxões de orelhas e por ter me colocado no rumo certo.

Agradeço aos professores por todas as horas de atenção e cuidado na formação de jornalistas dignos para o exercício da profissão. Em nome de todos os mestres que influenciaram na minha formação desde a infância, agradeço a minha orientadora Isabel Regina Augusto, que teve o cuidado e a prontidão em todos os momentos deste processo.

Faço também uma reverência muito especial ao querido professor Antonio Sardinha, obrigado por todo o entusiasmo que trazia para a sala de aula e por ter me mostrado o verdadeiro papel do jornalista como agente de transformação do mundo.

Agradeço aos colegas da turma de jornalismo 2013, que durante esses anos de prazerosa convivência me ajudaram a construir um pensamento crítico sobre a vida, o que usarei de certo. Não posso deixar de lembrar o amigo Iuri Ramos (nosso eterno representante), que partiu muito cedo, mas deixou sua marca e alegria e união em todos nós.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

(Paulo Freire)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. 1. CAPÍTULO I: COMUNIDADE, COMUNICAÇÃO E VISIBILIDADE	
1.1 Comunidade e formação de identidade	10
1.2 Comunidade gerativa como projeto para a comunicação comunitária.....	12
1.3 Grupamentos sociais: várias perspectivas de mudanças.....	15
1.4 Comunicação: espaço de empoderamento comunitário	16
2. 2. CAPÍTULO II: MARCO REGULATÓRIO, CONCENTRAÇÃO DE PODER E A DEFINIÇÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS BRASILEIRAS	
2.1 Contexto histórico da radiodifusão brasileira.....	24
2.2 Os marcos regulatórios da radiodifusão	26
2.3 Mapa da concentração da comunicação brasileira	28
2.4 Especificidades para rádios comunitárias.....	30
3. 3. CAPÍTULO III: METODOLOGIA E ANÁLISE DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DO AMAPÁ	
3.1 Descrição dos objetos de estudo	40
3.2 Análise das rádios comunitárias	43
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE I	56
APÊNDICE II	58

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar as rádios comunitárias existentes na região amapaense, verificando o papel delas como instrumento da política de democratização da informação e socialização de conteúdo no contexto em que estão inseridas. Portanto, foram utilizadas como objeto de estudo empírico às rádios comunitárias com autorização de funcionamento e como objeto de estudo procurou-se compreender a dinâmica e dimensões de funcionamento das rádios na perspectiva do marco regulatório para o setor. Neste sentido, foi feita uma pesquisa bibliográfica com estudiosos renomados, conceituando comunidades, relatando a historicidade da radiodifusão comunitária nacional e latina, bem como o marco regulatório, sua atual legislação, seus progressos e dificuldades. Para se chegar aos resultados, foram realizadas entrevistas ao longo do processo, concedidas por pessoas atuantes dentro do setor de radiodifusão comunitária no Estado do Amapá, representantes das rádios Tartarugalzinho FM, Amapari FM, Laranjal FM, Itaubal FM, Calçoene FM, Liberta Bailique, Onda Livre e Novo Tempo. Deste modo, chegou-se à conclusão que a legislação comunitária influencia na inadequação dos veículos a realidade das comunidades. Além disso, ao analisar as entrevistas dos representantes das rádios, se constatou que autonomia dos veículos sofre com pressões legais, estruturais e de grupos externos.

Palavras-chave: Rádios comunitárias; Democratização da informação; Comunidades; Marco regulatório; Amapá.

ABSTRACT

This research has as main objective to analyze the community radios existing in the amapaense region, verifying their role as a policy democratization of information and socialization of content in the context in which they are inserted. Therefore, were used as an object of empirical study to community radios with operating authorization and the object of study was to understand the dynamics and operating dimensions of radios in the perspective of the regulatory framework for the sector. In this sense, a bibliographic research was done with renowned experts, conceptualizing communities, reporting the historicity of national and Latin-American community broadcasting, as well as the regulatory framework, the current legislation, its progress and difficulties. To arrive at the results, interviews were conducted throughout the process, granted by persons acting within the community broadcasting sector in the State of Amapá, representatives of the Tartarugalzinho FM, Amapá FM, Laranjal FM, Itaubal FM, Calçoene FM, Liberta Bailique, Onda Livre and Novo Tempo radios. In this way, it was concluded that community legislation influences the inadequacy of vehicles to the reality of communities. In addition, when analyzing the interviews of the radios representatives, it was found that vehicle autonomy suffers from legal, structural and external group pressures.

Keywords: Community radios. Democratization of information. Communities. Regulatory framework. Amapá.

INTRODUÇÃO

É inegável a evolução das tecnologias de informação ao longo das últimas décadas. No que tange ao segmento de radiodifusão comunitária também houve um grande progresso, mas este progresso foi constituído de maneira árdua e burocrática.

Os veículos comunitários cumprem um papel determinante para a comunicação democrática, porém, estão cercados por interesses de setores privados, religiosos ou político-partidários, em decorrência da grande representatividade que possuem dentro dos grupos sociais.

Esta pesquisa teve como intuito analisar o trabalho das rádios comunitárias regionais amapaenses, investigando o funcionamento e constituição desses veículos, com base no marco regulatório para o setor (lei nº. 9.612/98).

Para tal, foi preciso estabelecer logo no primeiro capítulo deste trabalho os conceitos de comunidade e comunicação, utilizando autores como Paiva e Peruzzo que elucidam o que abrange a definição destes temas. Essas referências foram utilizadas devido à abrangência da discussão oferecida pelas duas estudiosas.

Baseado nestes conceitos foi viável esclarecer uma abordagem conceitual e histórica sobre a comunicação dentro do contexto de uma comunidade, abordando como esta contribui para a identidade social destes grupos sociais.

No segundo capítulo do trabalho apresentamos o contexto histórico em que ocorreu a radiodifusão brasileira, seu processo evolutivo, seu marco regulatório e a legislação vigente. Na sequência trazemos o modelo de concentração de comunicação dos instrumentos informativos nesta realidade.

Após a delimitação dos conceitos dispare de comunicação alternativa, popular e comunitária, adentramos nos estudos sobre comunicação comunitária especificamente. Ademais, para se chegar ao entendimento do progresso legal da radiodifusão comunitária nacional, foi feito um quadro comparativo com a evolução das leis em países da América do Sul.

Partindo deste parâmetro foi possível compreender os avanços obtidos com a criação da Lei 9.612/98, também conhecida como Lei das Rádios Comunitárias, bem como questões polêmicas encontradas na lei e apontadas por estudiosos do segmento, que analisam como a legislação interfere no funcionamento desses veículos.

Tudo que fora citado durante o desenvolvimento fez parte de uma pesquisa de cunho bibliográfico, com o propósito de vincular autores que fazem referência à temática aqui apresentada, de vital importância para a compreensão dos nossos estudos.

No que se refere à metodologia, presente no terceiro capítulo, envolveu ida ao campo, pesquisa documental envolvendo o número de rádios comunitárias em funcionamento do Estado e, por fim, realização de entrevistas com atores centrais desses veículos.

Os dados acerca das rádios comunitárias tiveram como fontes de pesquisa o Ministério das Comunicações e a ANATEL, instituições responsáveis pelo controle destas informações. Na fase de entrevistas, o acesso aos diretores e presidentes das entidades possibilitou a análise final do trabalho.

A escolha das rádios comunitárias com objeto de estudo empírico foi relevante para que se pudesse explorar este segmento de tanta representatividade social para as comunidades, que por esse motivo, são consideradas instrumentos de democratização da comunicação. Deste modo, foi buscado como objeto de estudo os processos e particularidade destas rádios no que tange a lei que normatiza os seus serviços.

Sendo assim, dentro deste último capítulo, realizamos as análises de oito rádios comunitárias do Amapá. Através das entrevistas concedidas, foram obtidas informações relevantes quanto ao trabalho destas na região, as possíveis dificuldades e/ou facilidades que encontraram ao requerer autorização para funcionamento

Deste modo, a pesquisa dentro do Estado redireciona o olhar para essas questões que tem como pano de fundo diversos interesses, tanto para as comunidades que devem usufruir desta ferramenta, quando de agentes que veem como oportunidade de manter o controle sobre outros grupos sociais.

Além destes fatores, os indivíduos atuantes no setor das rádios comunitárias também relataram como as entidades se mantêm, uma vez que não podem ter fins lucrativos, e de acordo com a maioria, as emissoras sobrevivem de contribuições de apoio à cultura.

Todos os dados recolhidos durante a pesquisa são relatados neste trabalho com o propósito de abordar a temática da radiodifusão comunitária, analisando seus pormenores e investigando os seus serviços prestados às comunidades.

Abordar esta temática é de suma importância para dar visibilidade e enfatizar o quanto foi dificultoso o processo evolutivo da radiodifusão comunitária brasileira, que passou por percalços burocráticos, interferências de cunho político, dentre outros.

CAPÍTULO I

4. Comunidade, comunicação e visibilidade

Introdução

Para nos aprofundarmos sobre o que permeia o significado mais estrito de comunidade, é preciso conhecer as relações que esta fecunda com a comunicação. A materialização destes dois aspectos, comunidade e comunicação, é o que conflui nas relações sociais, na identificação de grupos de pessoas afins, no bojo da organização social.

Desta forma, podemos estabelecer, inicialmente, que comunidade aponta para o interesse comum de um grupo de pessoas, enquanto a comunicação, que vem do latim “*communicare*”, significa “tornar comum”. As relações entre estes dois pontos, que se interligam pelo caráter público, indicam uma melhor definição do que posteriormente estudaremos como comunicação comunitária.

Com base nisto, apresentaremos neste capítulo uma abordagem conceitual e histórica sobre a comunicação no contexto das relações sociais de uma comunidade, abordando como o campo comunicacional se relaciona com a formação das relações e vínculos comunitários.

1.1 Comunidade e formação de identidade

Para Paiva (2007), o significado da palavra comunidade, dado a gama de autores que a conceituam de maneiras diferentes, poderia ocupar o posto de teoria. De acordo com Leal (2006) isto se deve ao fato de que comunidade é objeto de reflexão em várias áreas das ciências humanas, e de bem mais de um autor.

Podemos então afirmar a princípio que essa importância atribuída por diversos autores na delimitação do conceito de comunidade, demonstra o quão relevante a discussão sobre o assunto em um contexto de fragmentação das relações sociais, de rupturas de sociabilidade e fluidez da construção das relações.

Neste sentido, Leal (2006) relata que, apesar desta cisma com a palavra, nota-se que seu conceito sempre surge como sinônimo de “território”, “identidade”, “tradição” ou associada ao que Paiva (2007) identifica como o “resgate da solidariedade humana”. Nesta perspectiva, comunidade passa a configurar um grupo ligado por tradições e laços de solidariedade, ou uma forma de garantir sobrevivência.

Segundo Paiva (2007) este ato se sustenta no fato de que estes termos, dentro da concepção comunitária, tratam-se de verdadeiros artifícios dos que vivem em grupo, porém por si só não denominam o que se é comunidade de fato. Diante disto, Leal (2006) pontua que

é importante analisarmos o valor estratégico que esta palavra desempenha socialmente na atualidade.

No intento de esboçar o que buscamos quando utilizamos o termo comunidade para nos referirmos a vida em conjunto, Leal (2006) faz uma introdução conceituando o que é identidade e o que ela revela dentro da perspectiva comunitária.

Para o autor, identidade são características próprias de cada indivíduo, é algo constituído pelas trocas sociais que praticamos no decorrer da vida. Considerando o fato de que ninguém é capaz de apropriar-se das experiências alheias, podemos afirmar que identidade é toda bagagem ideológica que nos permite ser diferente do outro.

Nesta perspectiva, Paiva (2007), também opina afirmando que:

A questão da relação do indivíduo com o outro tem na sua base o conceito de comunidade. A exigência de se incluir a comunidade parte da suposição de que a existência do outro é parte essencial da estrutura do indivíduo. Por outro lado, cabe ressaltar que não se pretende abstrair a convivência das diferenças num regime comunitário. Pois é preciso considerar que se nesse organismo social o caráter irreduzível da diferença era oculta no sistema simbólico totalizante, isso acontecia porque a mediação ficava absolutizada como natureza ou vontade divina. (PAIVA, 2007, p. 100).

É a identidade, enquanto construção individual, a chave de entrada para vida em comunidade, pois se torna determinante para o exercício da igualdade social. É complexo falarmos de diferença e igualdade social assim, tão próximo, porém ambos os conceitos se aproximam e se completam quando o assunto é organização comunitária.

Constitucionalmente, o próprio significado de igualdade implica em diferença. De acordo com Leal:

(...) ser um cidadão igual aos outros, mas não ter os mesmos direitos a saúde, faz com que o indivíduo conclame, discursivamente, sua diferença e busque, a partir daí, o reconhecimento de todos. Um outro exemplo seria quando a liberdade de ser ou estar, igual a todos, como ser humano ou cidadão, é restringida por um elemento qualquer, seja de natureza étnica, de gênero ou de sexualidade (...) (LEAL, 2006, p. 189).

Dentro deste aspecto, entende-se que a questão não é o sujeito em si, e sim em relação ao outro. A partir disto o autor coloca que, na luta pelos direitos individuais, a busca pelo direito de buscar reconhecimento social a partir de uma diferença, pode se transformar em uma comunidade, pautada em indivíduos que buscam a materialização, em forma de leis ou normas, de seus direitos.

1.2 Comunidade gerativa como projeto para a comunicação comunitária

Neste contexto, a comunidade surge como proporção estratégica de diferenciação e identificação de indivíduos reunidos coletivamente. É neste sentido que Paiva (2010) sugere a dimensão do que intitula "comunidade gerativa", que traz um modelo de ações voltadas para o bem comum. Um projeto que posiciona a comunidade como gestora do interesse compartilhado.

A origem desta denominação de comunidade proposta por Paiva está inserida dentro de um contexto globalizante das relações humanas, onde a tônica do desenvolvimentismo, promovida pelo modelo neoliberal que interferiu nas relações dos homens, reflete na perda da participação do Estado como promotor principal de direitos e garantias para a sociedade moderna.

Neste novo território de integração, onde diversas culturas se aglutinam, propor um mecanismo que enfrente a padronização do ser humano e que consista em um campo duradouro, onde o sujeito possa manter relações de identidade e sociabilidade são fundamentais para a discussão destes termos.

Assim, Paiva (2007) considera que as relações caracterizadas pelas relações de solidariedade, amizade e irmandade, assim como, aquelas relacionadas aos vínculos territoriais, perderam força neste contexto onde não mais se discute a relação das pessoas medida por fronteiras limitantes, mas sim por interesses similares.

Dentro de uma visão sociológica, identificada por Paiva (2007, p.72), a comunidade é “o menor grupo social e o primeiro nível de organização social completo e autossuficiente”:

Nesse sentimento, o que se observa é o declínio, cada vez mais evidente, de importância da comunidade local. A identificação territorial, que para a cidade e a nação tem sido historicamente importante, cede lugar a identificações – o que é fundamental para a existência da comunidade – pautada por outros referentes, como ideologia, classe social, etc. (PAIVA, 2007, p. 72).

É neste instante que, segundo Paiva (2007), o poder agregador das mídias fortalece os laços entre as pessoas, mesmo que não estejam fisicamente relacionados, pois se cria o entendimento do espaço público, onde o ser humano fica livre para se relacionar, não mais por questões territoriais ou sanguíneas e sim por interesses, valores, vantagens, algo que lhes remeta ao vínculo por motivação.

Trata-se de uma tríplice: comunidade, comunicação e identidade. Estes elementos, de maneira sequenciada, trabalham na, ou para a constituição do indivíduo social, imbuído de

ideologias e responsabilidades que imergem das relações feitas no seio dos grupos da qual pertence:

E, uma vez que o interesse comum é aceito como elemento agregador, é possível admitir que, dentro de uma mesma família, ou vilarejo, possa formar-se "subcomunidades", tendo como base a idade ou o sexo. Ao passo que nas comunidades urbanas mais complexas e pluralistas possam emergir "subcomunidades" de língua, raça, classe, ideologia, religião. (PAIVA, 2007, p. 73).

Paiva (2010) atribui às semelhanças e contraposições dos conceitos de "liberal" e "comunitário" o maior impedimento para se definir um modo de pensar na atualidade, porque segundo ela, os dois acarretam prejuízos para o bipolarismo das relações.

Neste sentido, a autora frisa que na visão dos liberais a premissa aponta para a formação de um cidadão do mundo, onde os vínculos sociais inexistam, já os comunitaristas prezam pela força do "nós", do sentir comum, assim como dos ritos e costumes de um povo.

Desta forma, os dois lados apresentam também a perda das suas características originais, de acordo com Paiva (2010). O liberal aponta para a morte da política e da sociedade, por conta do seu caráter individualista, egoísta e solitário, abrindo brechas para que os oligopólios se firmem, trazendo a ideia da inércia do ser humano.

Enquanto isso, os comunitaristas envolvidos por esta questão da tradição poderiam levar as relações para o lado nacionalista ou populista, beirando até ao autoritarismo de grupos, salienta a autora.

Assim, Paiva (2010) conclui que a divergência permanece. Por este motivo, ela sugere uma alternativa para pensar o futuro longe do modelo unilateral, onde ainda se mantêm um mesmo pensamento e uma única ótica declarada:

É preciso recuperar a conflitualidade da política para garantir a liberdade e o respeito das diferenças, e principalmente trata-se de trazer para dentro das regras de respeito e de legitimação recíproca e de uma comum cidadania. (PAIVA, 2010, p. 279-292).

Para que as comunidades se adéquem ao contexto da velocidade e dos fluxos de informação altamente especializados, Paiva (2010) sugere que a vinculação espacial sobreponha à questão do localismo, realçando assim, uma proposta de vinculação e pertencimento.

Nesta perspectiva, a autora acredita que a comunicação, como campo social, auxiliaria na construção do sentimento de coletividade dentro da comunidade, pois atualmente exerce a

função outrora reservada a instituições como a escola, igreja, partidos, sindicatos e até grupos culturais, hoje praticamente sem eficácia na formação humana.

Só por meio da comunicação comunitária, neste caso, incorporada as práticas dos grupos sociais, as expressões e vivências de ordem moral, cultural e identitário prevaleceriam, dando luz à diversidade e prevalecendo todas as necessidades da comunidade. Devolvendo também o aspecto de sociabilidade perdida na atualidade.

Mas Paiva (2010) também questiona, responsabilizando o uso da midiaticização impelida pelos grupos de comunicação, a perda da essência dos grupos minoritários, pois não reconhecem a dinâmica cultural destes organismos, além das práticas diárias e de caráter didático, conquistadas por meio da vivência das relações.

Paiva (2010) fala que para um projeto alcançar seu objetivo comunitário deve abranger diversas linguagens e produções estético-discursivas e, assim, interagir no campo da consciência da população local na construção de verdadeiros cidadãos.

A ideia de emancipação social através, dentre outras, da cultura e da educação, na ampliação do espaço-tempo de consciência do morador, na mobilização de uma comunidade política que se organize a partir das especificidades locais – é crucial e estratégico planejar um projeto de comunicação comunitária. (PAIVA, 2010, p. 279-292).

Em outra abordagem, Paiva (2005) propõe repensar o sentido de cidadania, não mais como uma posição alcançada com a maioria, mas sim, pelo envolvimento em práticas coletivas. A autora reflete que estas relações não devem apenas cobrir as lacunas onde o Estado falha, mas também intervir de forma a causar mudanças. O que implicaria na:

(...) criação de novas estruturas sociais capazes de comportar a complexidade da contemporaneidade e de seus sujeitos, acorrentados a antigos e ineficazes dogmas e conceitos. Não é viável o retorno às mediações tradicionais, como também não é possível desconhecer o universo da midiaticização, ou seja, a impregnação de todas as antigas mediações pelos artefatos próprios da mídia (PAIVA, 2005, p. 24).

Este ambiente comunicacional, que afeta a sociabilidade na atualidade, propõe aos grupos minoritários a substituição das antigas interações sociais, buscando agora o compartilhamento de perspectivas, o confronto de ideias e narrativas, criando um campo apropriado para a sociabilidade comunitária florescer.

Deste modo, por meio das novas tecnologias, a proposição de transformação social, tendo como protagonista as minorias, ganha a menção de defesa do corpo social. Se

contraponto, assim, aos contornos traçados pelas grandes mídias, que não proporcionam abertura total para a diversidade contida dentro destes grupos sociais.

1.3 Grupamentos sociais: várias perspectivas de mudança

Peruzzo (2009a) narra que as grandes conquistas difundidas em vários períodos da história, no que tange acesso a direitos sociais, só foram possíveis diante de pressão coletiva. Deste modo, a autora ratifica que a necessidade de se organizar enquanto comunidade reside no fato de que nenhum poder concede avanços a pobres e desprovidos sem a demonstração de sua capacidade de articulação.

Neste ponto, podemos então aferir que um conjunto de atos conscientes deve ser pensado para que mudanças se concretizem. Este grupamento social é apontado por Paiva (2007) quando a autora reitera que a estrutura comunitária configura o imaginário de sociedade perfeita. Portanto, trata-se de um ideal perseguido ao longo dos anos, revitalizado pelo desejo de um sistema estável.

E esta estabilidade só é possível através do convívio, das trocas que ocorrem no seio da comunidade humana. Para precisar este pensamento, a autora busca em Freud subsídio para pautar seu posicionamento. Para a psicanálise, o homem é capaz de produzir mecanismos que o poupem de sofrer.

Segundo esta teoria, o sofrimento pode surgir de três diferentes formas, e uma delas é o convívio em sociedade que, na colocação de Paiva (2007) seria fonte do sofrimento considerado mais penoso. Sendo assim, logo se justifica aqueles indivíduos que escolhem viver no isolamento.

Por outro lado, Paiva (2007) cita Freud quando ele elucida que, melhor que o retiro, é o convívio em comunidade como membro efetivo, trabalhando com todos e para o bem de todos.

Voltar-se para a possibilidade comunitária parte da compreensão do direito de “fazer parte”, a necessidade de ser peça, de constituir um grupo de indivíduos que compactuam do mesmo desejo de mudança. As articulações da sociedade civil acontecem quando a comunidade passa a se enxergar enquanto detentora de direitos que até o momento lhe foram cerceados.

E é assim que os movimentos sociais surgem pautados no que Peruzzo (2009a) afirma ser “direito a ter direitos”, como zonas para trocas de conhecimentos e procedimentos de intervenção da realidade, abarcando características das instituições que o abrigam.

Paiva (2007) esclarece que o agrupamento desses indivíduos está ligado ao processo de globalização do capital, que sempre esteve concentrado na mão de pequenos grupos. O que acarretaria na criação de uma grande massa de desempregados, que viriam a se fundir em movimentos em busca de cidadania.

Neste sentido, Sodré (2005) define melhor o entendimento de minorias, para daí justificar a sua participação na luta contra hegemônica. Segundo o autor, a minorias não se definem por localidade territorial e sim como um lugar de atração de diferenças e um campo favorável ao reconhecimento.

Lugar “minoritário” é um *topos* polarizador de turbulências, conflitos, fermentação social. O conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conflitual. (SODRÉ, 2005, p. 12).

Esta noção de minoria ganhou força principalmente influenciada pela nova dinâmica mercadológica da sociedade, onde o Estado se ausenta da função pública por conta com crescimento do setor privado, deixando o campo social descoberto principalmente sem recursos e participação para seguir em frente.

Desta forma, estes indivíduos imbuídos com o sentimento de solidariedade e fragilizados com a perspectiva do abandono por parte do Estado, iniciam um processo de formação de instituições com maior expressão social e perspectivas políticas. Isto provoca o surgimento de propostas que visam mudar o cotidiano e dar maior atenção ao interesse público que permeia a vinculação de sujeitos e a formação de comunidades que demandam reconhecimento.

1.4 Comunicação: espaço de empoderamento comunitário

Em períodos remotos ou na atualidade, onde houve oprimidos e opressores, sempre existiram movimentos para dar voz às minorias, movimentos esses, organizados a partir de uma dimensão comunitária de pertencimento. Segundo Peruzzo (2009a), no Brasil, os movimentos sociais sempre foram munidos de meios de comunicação próprios, de acordo com os recursos disponíveis em cada época.

Para adentrar no assunto, primeiramente é preciso distinguir as particularidades das comunicações popular, comunitária e alternativa. Segundo Peruzzo (2009a), mesmo que utilizadas com sentidos semelhantes, cada uma possui sua designação específica, sendo que se entrelaçam enquanto perspectiva de luta por direitos das classes excluídas.

A autora define comunicação popular como aquela associada aos movimentos populares, que na busca por modificações sociais a incorporam como instrumento de mobilização. Deste modo, ela não se restringe a um tipo exclusivo de mídia, mas a processos de comunicação onde o povo é motivador e agente principal.

Já se referindo à comunicação comunitária, Peruzzo (2009a) aponta como um mecanismo de natureza plural e participativa, onde todas as pessoas que compõem um círculo comunitário podem declarar suas individualidades, mas sempre tendo como foco o interesse comum. Define-se, neste sentido, como sem fins lucrativos, de propriedade coletiva e dedicado a temas que busquem a ampliação da cidadania.

Indicada por vários autores como sinônimo à comunicação popular e comunitária, a vertente alternativa, delineada por Peruzzo (2009a), considera como aquela que circula no mesmo ambiente que a mídia tradicional, só que se diferencia por trazer pensamentos opostos à produção predominante. Assim, a autora destaca sua origem no Brasil por meio da imprensa alternativa, que se difundia em pequenos jornais com matérias em contraposição ao que era vinculado.

Desta forma, para nos orientar neste quadro, Peruzzo (1998) descreve o cenário político da América Latina e do Brasil nos anos 60 e 80 como marcado por limitações de direitos, predomínio do status quo e a negação da liberdade de expressão de grupos submissos, tendo como sustentáculo principal a grande mídia corporativa.

Neste sentido, os movimentos alternativos de comunicação insurgem como:

(...) um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado, sobretudo em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas etc. (PERUZZO, 1998, 115).

Atuando como um movimento de contrainformação, as mídias alternativas buscavam confrontar os conteúdos vinculados através dos veículos de comunicação de massa, rompendo, assim, a censura dos espaços midiáticos, só que se utilizando de instrumentos próprios para galgar uma parcela de participação neste restrito círculo da informação.

Desta forma, a comunicação alternativa se apresentava como fomentadora de outro ângulo da história, abrindo espaço para o questionamento de tudo aquilo que atingia as classes minoritárias, apresentando pontos de discordância e fazendo críticas às inverdades produzidas pelos meios ligados a classe dominante.

No Brasil, segundo Peruzzo (2009b), o movimento alternativo surgiu pelas mãos de esquerdistas, jornalistas e intelectuais que questionavam a produção concebida pela mídia tradicional, criando assim, por meio de uma nova imprensa, canais de oposição aos conteúdos transmitidos por estes meios:

Eram jornais dirigidos e elaborados por jornalistas de esquerda, alguns ligados à pequena burguesia, que cansados do autoritarismo, aspiravam a um novo projeto social e preocupavam-se em informar a população sobre temas de interesse nacional numa abordagem crítica (PERUZZO, 2009b, p. 46-61).

Contrários à ditadura militar, estes grupos se propunham a defender os interesses nacionais e populares, condenando assim, toda forma de repressão que o regime simbolizava. Neste aspecto, entendemos que esta comunicação almejava um novo cenário político e também maior liberdade dentro do campo da comunicação para propagar suas ideologias.

Dentro ainda deste contexto, onde a cidadania e a participação da população eram desconsideradas, os movimentos populares que surgiam no Brasil e na América Latina neste período, partiram em busca de canais de comunicação alternativa como forma de mobilizar as minorias para reivindicar direitos que entendiam como fundamentais.

Por conseguinte, a comunicação popular nasce no berço das mobilizações sociais, exaltando os interesses dos diversos grupos por mudanças na configuração da sociedade, servindo assim, como um instrumento para dar voz ao povo, inserindo-se essencialmente nas lutas de classe.

Peruzzo (1998, p. 115) aponta que em se tratando de comunicação popular “uma de suas características essenciais é a questão participativa voltada para o mundo social”. É o meio de comunicação dos movimentos sociais e, portanto, exerce papel importante na democratização da comunicação e da sociedade.

Este novo tipo de comunicação apresenta-se de forma multifacetada, trazendo consigo um teor democrático, imbuído da intenção de provocar mudanças. Para Peruzzo (2009b) trata-se de uma comunicação vinculada a lutas mais amplas, cuja finalidade é agir contra os problemas cotidianos de forma impositiva, conforme a realidade de cada situação.

Para uma melhor definição do significado de “povo”, o que nos guiará para a compreensão daquele que é de fato detentor da comunicação popular, Peruzzo (1998) imputa não se relacionar apenas com as classes subalternas, mas sim uma forma de união onde se busca questionar ou dar um posicionamento relacionado a uma maioria desprivilegiada.

Assim, Peruzzo (1998) também traz outro olhar sobre a comunicação popular, agora não como antagônica à comunicação de massa, mas como complemento, pois segundo ela, as duas se fazem necessárias nos campos do divertimento e da informação.

Povo não tem estatuto teórico universal, não se podendo, portanto, vê-lo sob uma categoria de análise prefixada. É preciso apanhá-lo em seu contexto, como uma realização histórica, cuja composição e cujos interesses variam em função de fatores determinantes, estruturais e conjunturais, constituindo-se sempre num todo plural e contraditório. (PERUZZO, 1998, p. 117)

Esta concepção, segundo Peruzzo (1998, p. 117), nasce nas dinâmicas do cotidiano e sobre as várias interferências ocasionadas em diversos períodos da história da sociedade. Por isso, a autora esclarece que é necessário detectar os fatores determinantes para a formação da comunicação popular, mas que basicamente se baseia no entendimento de “é todo um conjunto lutando contra algo e a favor de algo, com vistas aos interesses da maioria”.

Conforme Peruzzo (2015) os meios de comunicação possuem uma importância social indiscutível na democracia. Contudo, este instrumento de informação, enquanto favorece à lógica de mercado e interesses políticos de seus detentores, nega à sociedade acesso à cultura, a informação, a educação. Diante disto a autora levanta o seguinte questionamento: por que os movimentos sociais populares buscam visibilidade pública?

Mesmo conscientes do empenho das grandes mídias, representadas pelas rádios e televisões comerciais, em desmoralizar tudo que não esteja acoplado ao seu entendimento filosófico, alguns movimentos e organizações sociais buscam os meios de comunicação por enxergarem na mídia um meio de interferir nas políticas públicas e educar para a cidadania.

Reside na necessidade de posicionarem-se perante as lutas que defendem e, para tanto, são usadas técnicas de relações-públicas populares, ações cuidadosamente planejadas e discutidas pelo coletivo. Sendo assim, desde uma entrevista ao bloqueio de uma avenida movimentada, tudo perpassa ao ato conjunto.

De acordo com Peruzzo (2015), com o passar dos tempos os movimentos sociais foram adquirindo táticas para lidar com a imprensa. Não se trata somente da atuação técnica de especialistas da área de comunicação, mesmo que estes exerçam papel de importância para tanto, mas de um aprendizado construído com base na análise da conduta midiática.

Neste cenário repleto de tensões, percebe-se que concomitantemente a disputa por espaço na grande mídia, os movimentos sociais também desenvolveram canais alternativos e comunitários de comunicação. Isto faz parte de sua dinâmica na tentativa de ampliar o direito à cidadania, agindo em benefício da sociedade através de interferências.

Nas palavras da autora, as organizações da sociedade civil, na forma de movimentos sociais, munem-se da comunicação de forma natural, e o uso de táticas e canais próprios para se comunicar. E isto é resultado da noção de que não basta esperar por um espaço nos meios de comunicação, é preciso ser protagonista da comunicação.

No interior dessas discussões, surge a proposta de uma comunicação horizontal, ou seja, comunitária, participativa e democrática e realizada por meio do envolvimento ativo de pessoas como emissoras e receptores de mensagens de forma a contemplar outras perspectivas do direito à comunicação, e não apenas o acesso à informação. (PERUZZO, 2009b, p.46-61)

Como citado no texto acima, quando partimos para a definição acerca da comunicação comunitária, podemos logo aferir que surge através do povo, e para o povo, mas neste ponto busca atender não apenas os interesses de um movimento social específico, mas sim, como instrumento que abrange todos os segmentos atuantes em um mesmo universo de convivência.

Enquanto as primeiras rádios livres inauguradas nos anos 70 tinham por mote principal a paixão dos idealizadores pela radiodifusão e que logo depois seriam utilizadas por movimentos populares para propagar reivindicações acerca de seus direitos, no início dos anos 90 as comunidades organizadas começaram a entender seu papel para a garantia dos direitos humanos à comunicação.

E, desta nova concepção de cidadania, nasce a comunicação comunitária, que muito tem a ver com o resgate pela comunidade de um direito legítimo, direito à comunicação. Peruzzo (1998) argumenta que o termo “comunicação comunitária” se oficializou em novembro de 1995, no I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias. De lá surgiram suas primeiras definições:

Se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter preferencialmente – propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura e ampliar a cidadania. (PERUZZO, 2009b, 46-61)

Peruzzo (2009a) afirma que este reposicionamento da comunicação comunitária pode ser visto de múltiplas dimensões. A primeira apontada está na incorporação de novos formatos de meios de comunicação, suscitados pelo desenvolvimento tecnológico, que servem como canais de expressão para as mais diferentes manifestações públicas.

A segunda dimensão trata-se da conquista de leis que possibilitam o uso de meios de comunicação massivos, como a rádio de baixa potência. A terceira dimensão é a atuação da

sociedade civil na democratização da comunicação, reconhecendo sua importância na luta pela cidadania.

A quarta dimensão citada por Peruzzo (2009a) emerge da presença mais clara da preocupação com a incorporação canais massivos e digitais, indicada pela repercussão social de questões referentes ao direito à comunicação.

Para compreendermos melhor os elementos que constituem cidadania de forma abrangente, Peruzzo (2015) propõe analisarmos, separadamente, os conceitos de civil e cívico. Enquanto o eixo civil da cidadania, amplamente conhecido e divulgado, trata basicamente de direitos individuais sob a garantia do estado, o cívico diz respeito à responsabilidade com o bem público.

Com isto, a autora conclui que cidadania se embasa em direitos e deveres, porém indica uma notável corrida no intento de ampliar estes direitos, ignorando os deveres que compõem esta base. Dentro desta perspectiva, a autora aponta que a importância de exercer o dever cívico reside no dever de contribuir para o avanço público.

Neste sentido, Peruzzo (2015) afirma que para a cidadania alcançar sua plenitude pretendida, o interesse coletividade deve sempre ultrapassar os individuais, devendo-se entender que isso cabe também ao Estado, empresas privadas e instituições públicas.

Por conseguinte, é indispensável que os cidadãos, imbuídos do espírito cívico, exijam mudanças dos governos e também das organizações sociais que os representam.

Portanto, as pessoas engajadas em organizações e movimentos populares, setores de igrejas, associações sem fins lucrativos, OGNS e entidades afins que dedicam parte do seu tempo a criar condições de dignidade de via a segmentos oprimidos da população, demonstram esse espírito cívico dos quais estamos falando ao reconhecerem suas obrigações para com o outro. (PERUZZO, 2015, p.35)

É também com este propósito que os veículos de comunicação comunitária insurgem, imbuídos de conquistar espaço dentro do contexto informacional, trazendo à tona as discussões do cotidiano dos grupos excluídos econômica, político, cultural e socialmente.

Na conjuntura atual, alguns princípios que norteiam o entendimento de comunidade foram mantidos e outros modificados. Significados atrelados a pertencimento, comunhão de interesse, interação permaneceram intocáveis ao longo da história.

Por outro lado, os conceitos territoriais foram abandonados por razão dos avanços tecnológicos, sem desprezar o espaço geográfico, que ainda apresenta valor no contexto de agregação social. Sendo assim, compreende-se que nem todo meio de comunicação local é

comunitário, pois estes precisam se desvincular de padrões econômicos, políticos e de programação.

O que neste caso funcionaria como elemento diferenciador é a vinculação que a comunidade possui com o veículo. Vinculação, comprometimento e inserção total na gestão do sistema adotado: quanto mais estreita for a relação entre o veículo e os propósitos e objetivos duma comunidade, mais seus membros vão estar envolvidos em sua produção, e proporcionalmente maiores serão sua representatividade e reconhecimento como veículo comunitário (PAIVA, 2007, 137).

A comunicação comunitária deve proporcionar um ambiente participativo, concedendo espaço para qualquer cidadão, independente de nível social ou econômico. Desta forma, cada indivíduo deve exercer o seu direito de opinar, mostrando suas aflições e oferecendo soluções para os problemas que nascem no círculo de convivência.

Paiva (2007) afirma que comunicação comunitária não exerce apenas o papel de prestadora de serviços, mas sim de formação de cidadãos. Segundo a autora este instrumento deve provocar transformações e garantir o pleno exercício de cidadania, dando espaço para os diversos setores e as múltiplas vozes. Com este mesmo olhar Peruzzo se posiciona:

Ela democratiza o poder de comunicar, proporcionando treinamento às pessoas da própria comunidade, a fim de que adquiram os necessários conhecimentos para produzir programas e falar no microfone, por exemplo. (PERUZZO, 1998, p. 258).

Neste aspecto, é necessário que a comunidade onde a rádio tenha vínculo participe ativamente de todas as fases de produção do conteúdo produzido, desde a produção até a apresentação. Este fato fortalece o senso pedagógico deste meio, caminhando no sentido de formador de identidades.

Peruzzo (2009b, p. 58) também destaca que a relação em comunidade vai mais além do que as relações que envolvam vínculos de proximidade ou compartilhamento cotidiano. Para ela, “a comunidade se funda em identidades, ação conjugada, reciprocidade de interesses, cooperação, sentimento de pertença, vínculos duradouros e relações estreitas entre seus membros”.

Por este motivo a autora considera que nem todo o meio de comunicação local é comunitário simplesmente por informar assuntos da localidade ou por usar linguagens que abarquem os grupos, se dentro da sua produção e finalidade tiver ligado a interesses de pequenos empresários, políticos ou religiosos.

Assim sendo, à comunicação comunitária são reservadas exigências de vínculos identitários, não possuir finalidades lucrativas e estabelecer relações horizontais entre emissores e receptores com vistas ao empoderamento social progressivo da mídia e ampliação de cidadania. (PERUZZO, 2009b).

Neste contexto, Paiva (2007) cita o caso da primeira rádio comunitária brasileira, Novos Rumos, de Queimados, município da Baixada Fluminense, criada em 1989, e que até hoje está no ar, funcionando com um estatuto e sendo mantida pelas mensalidades pagas pelos associados. A autora assemelha às primeiras rádios brasileiras, que tinham o formato de rádios educativas, e que eram mantidas pelos amantes do rádio.

Para proporcionar a pluralidade de vozes o veículo comunitário deve estar sempre de portas abertas à comunidade, colocando os moradores para discutir assuntos de interesse no local, sempre priorizando temas que façam parte do cotidiano dos cidadãos, sendo a participação destes agentes primordial para que haja concordância dentro da programação.

Neste sentido, há comunidades que usam seus veículos para uma disputa simbólica por uma narrativa ou discurso sobre ela difundido em meios hegemônicos, cruzando assim, com vários movimentos tidos como do terceiro setor, movimentos populares, ONGs, associações comunitárias, sindicatos, igrejas, todos unidos em torno da práxis da justiça social.

CAPÍTULO II

2. Marco regulatório, concentração de poder e a definição das rádios comunitárias brasileiras

Introdução

Uma vez elucidado a inter-relação dos conceitos de comunidade e comunicação conforme feito no capítulo anterior é de suma importância tratar das leis que regem o segmento das rádios comunitárias no Brasil e em que contexto foi formulado tais regulamentos.

Neste capítulo dividido em quatro tópicos, trataremos do contexto histórico da radiodifusão nacional, seu marco regulatório, definição e conceito de rádio comunitária de acordo com o marco regulatório vigente.

Com o intuito de se discutir os preceitos que gerem a radiocomunicação comunitária e sua amplitude, o presente capítulo abordará importantes temáticas atreladas ao tema proposto.

2.1 Contexto histórico da radiodifusão brasileira

Ao analisarmos o perfil do setor de comunicação e acompanharmos seu traço na história nacional, perceberemos que sempre caminhou tecendo estreitas relações entre o campo midiático e o político. Os preceitos que circundam a história da comunicação e da imprensa brasileira têm forte atrelamento ao poder político na tradicional relação entre Comunicação e Poder.

Os debates sobre o modelo de radiodifusão já se encontravam calorosos na Europa e na América do Norte quando, em 1923, o Brasil teve a oportunidade de apresentar à sociedade um sistema nacional deste modelo.

A respeito disto, Ramos (2007) reitera que o modelo brasileiro surgiu privado, e sem debates significativos na sociedade, porém, a abertura das transmissões radiofônicas no país, um ano mais tarde, desencadeariam a instituição do Decreto de nº 16. 657, que regulamentou pela primeira vez na história da legislação nacional a radiodifusão, ainda denominada de “*diffusãoradio-telephonia (broad-casting)*”.

A data não representou somente a ascensão das mídias eletrônicas, mas também o início de uma fatigante convivência entre o poder político e os serviços de comunicação.

Segundo Maringoni (2010) a era do rádio coincide com os anos classificados como os do populismo na política continental. O desenvolvimento tecnológico e a ampliação do

número de emissoras fizeram com que os países começassem a esboçar dispositivos legais para regular este algo novo: “o ar como espaço público”.

Conforme Santos e Silveira (2007), a partir deste momento o Estado passa a se tornar proprietário, promotor e regulador dos meios de comunicação. Dentro deste preceito, o interesse pela radiodifusão surge pelo caráter educacional e cultural dos serviços, objetivando o controle das massas.

Ainda de acordo com Maringoni (2010), o momento significou uma nova visão no que tange a funcionalidade da mídia no contexto social, entendendo o espaço radioelétrico como pertencente à nação. Criou-se o regime de concessão pública, mesmo com o caráter privado das empresas.

Santos e Silveira (2007) declaram que o surgimento descontrolado das emissoras de rádio e o modo ligeiro no qual as tecnologias avançavam tirava o sono do Estado que agia por meio de decretos que, muitas vezes, acabavam por não atender as perspectivas do momento.

Além disto, o período suscitou fortes debates a respeito do papel da comunicação na sociedade. Debates estes que já vinham causando conclusões adversas nos países que receberam a radiodifusão, agravando ainda mais a complexa relação entre Estado e sistemas de comunicação.

O fechamento da década de 1920 representou o aparecimento de um grande número de emissoras comerciais, algo que fugia das concepções de Edgar Roquette Pinto e Henrique Morize, que acreditavam e mantinham uma rádio de programação educativa- cultural. Segundo Martins (2007), com a ascensão do sistema radiofônico comercial:

(...) ficou evidente a preocupação do Poder executivo com a nacionalização do controle e a fiscalização direta do conteúdo veiculado por aquele que seria, pelo menos durante as quatro décadas seguintes, o mais importante meio de comunicação do Brasil (MARTINS, 2007, p. 308).

No intuito de atender as empresas de radiodifusão, e com o propósito de centralizar a publicidade local e exterior, o então presidente da república Getúlio Vargas, em seu primeiro governo, criou o Departamento de Imprensa e Propaganda- DIP, responsável por indicar novos caminhos à imprensa. O novo órgão foi uma das primeiras unidades do estado voltado à comunicação.

Quanto a isto, Pieranti (2007) em suas análises, classifica o DIP como “o inferno e céu para as empresas jornalísticas”. A metáfora utilizada pelo autor dá indícios que este “céu”

somente era alcançado por aqueles que permanecessem fieis ao governo, ou abstendo-se de críticas mais agressivas.

Este fato também é frisado nas argumentações de Ramos (2007), onde o autor enfatiza que o governo não hesitava em vetar aqueles que ousassem divergir de suas opiniões, bem como não hesitavam em prestar apoio aos amigos.

Nesta perspectiva, os autores admitem que Getúlio Vargas transformou a imprensa em sua principal ferramenta para assegurar-lhe a sustentação de sua política populista.

Desde a primeira transmissão de rádio no Brasil na década de 1920, os marcos legais que regulam a radiodifusão caracterizam-se pela lentidão e pelo caráter reativo (GODOI, 2001).

Como bem relatado por Godoi (2001), nota-se que o caráter evolutivo da radiocomunicação nacional foi deveras arrastado, prolongado devido aos interesses políticos que influenciaram fortemente neste processo. O início da regulação das frequências foi marcado pela, digamos, profunda afinidade entre empresários e o governo brasileiro.

2.2 Os marcos regulatórios da radiodifusão

Como descrito no tópico anterior, a radiodifusão nacional se deu sob perspectivas amplas, mas ainda não se tinha leis específicas para reger tal segmento. Por conseguinte, os empresários, donos das grandes empresas de comunicação já no período Vargas, começaram a pleitear cargos no legislativo.

Na década de 1960 estes já constituíam importante bancada no Congresso Nacional. Consequentemente, devido a esta força, conseguiram acelerar o processo de aprovação do CBT (Código Brasileiro de Telecomunicações) aprovada pelo Decreto nº 52.795 em 1963.

No processo de formulação do Código conseguiram aprovar todas as suas deliberações, derrubando os vetos do presidente da época, João Goulart, garantindo-lhes todos os seus interesses políticos.

De acordo com Martins (2007, p. 312), “a nova regulamentação forneceu os instrumentos necessários para o poder executivo centralizar sua organização, inclusive criando condições à participação direta do estado como explorador dos serviços”.

Um ano após a aprovação da CBT, instaura-se no Brasil o regime militar, e uma das primeiras providências tomadas pelo governo ditador foi traçar mecanismos para restringir o avanço de alguns meios de comunicação, principalmente aqueles que apresentaram postura crítica e contrária aos interesses governamentais.

Muitas empresas existentes antes do golpe foram prejudicadas e, com a imposição da ditadura, obrigadas a fechar suas portas. Somente as empresas que aderiram, ou se mantiveram neutras ao governo militar, puderam usufruir dos avanços tecnológicos obtidos com a reestruturação das comunicações pelo regime.

Para promover o desenvolvimento das telecomunicações e da radiodifusão, percebendo o grande poder que tinham para atingir as massas, o governo militar investiu em aparatos tecnológicos, reformulou os Serviços telefônicos e criou o Ministério das Comunicações. A finalidade era de promover a integração e o desenvolvimento nacional, a difusão de informação, educação e cultura, e a garantia da segurança nacional.

Os militares limitaram a propriedade dos meios de comunicação com o Decreto-Lei nº 236 de 1967. Foi a primeira vez na história do país que um marco legal estabeleceu limites a propriedade dos meios de comunicação. A censura que se instalou no Brasil nos anos seguintes acabou com todos os direitos de imprensa.

Segundo Santos e Silveira (2007), o fato foi uma das mais severas atitudes que atingiram o setor, impossibilitando a sua função natural de informar. Com o corte nas verbas publicitárias, a maioria dos jornais contrários ao governo viu-se completamente sem esperança e obrigados a fechar as portas.

Pieranti (2007) afirma que se tratava de um documento dentro da legalidade, porém que trazia um grau de autoritarismo que aumentaria na legislação brasileira nos anos seguintes em decorrência à rigidez do regime militar, que se faria presente nos mais diversos setores.

De acordo com o Decreto-Lei nº 236, tornava-se passível de punição o uso de emissoras de rádio e televisão para incitar a desobediência às leis, ultrajar a honra nacional, fazer propaganda de guerra ou de processos de subversão, ofender a moral, insultar os poderes da República e colaborar na prática de rebeldia, entre outros (PIERANTI, 2007, p. 49).

A falência das emissoras de televisão surgidas antes de 1964 acarretou em uma disponibilidade de frequências no sistema VHF. Assim, novas emissoras surgiram e empresários, que haviam se resguardado durante todo o regime ditatorial, puderam contar agora com toda a tecnologia que havia sido deixada pelos militares para desenvolverem suas empresas, mas ainda assim permaneceram sustentados por incentivos do governo para expandir suas atividades.

De acordo com Pieranti (2007), para obter sucesso, os empresários tinham que dispor de grandes investimentos inerentes a esta atividade e de afinidade com o governo. A

justificativa para tal ato fixa-se no fato de que as concessões dependiam única e exclusivamente da anuência do Poder Executivo.

Quando os militares saíram do comando do país, em 1985, deixaram à nação brasileira muitos resquícios de suas atividades no setor das comunicações. Com tecnologias mais avançadas, as transmissões em cores e ao vivo já não eram um desafio e sim uma realidade herdada do período militar.

Por outro lado, com o fomento da radiodifusão calcada a investimentos em empresas privadas, e com o intuito de expandi-las para os interiores do país, contribuíram para o fortalecimento das oligarquias regionais, fazendo com que a partir daquele momento os interesses políticos e partidários fossem peça fundamental na construção da concentração de poder midiático. Este cenário contribui para entender o processo de concentração das empresas de mídias como uma característica central da radiodifusão brasileira.

2.3 Mapa da concentração da comunicação brasileira

Maringoni (2010) reitera que a última década do século XX foi marcada por transformações na mídia, onde empresas e meios de comunicação que antes tinham seus limites nacionais definidos começaram a integrar um sistema transnacional.

O fato fez com que a indústria da informação apresentasse sua composição de forma mais ampla, como jamais esteve, e ao mesmo tempo concentrada na mão de poucos grupos, exigindo investimento de capital cada vez maior de fruto internacional.

No Brasil, para Ramos (2007), no campo econômico, a radiodifusão na primeira metade do século XX serviu para a acumulação capitalista e no campo político para a obtenção de poder. Este fato acabou favorecendo a difusão da ideologia capitalista, a mobilização e a formação de opinião pública, e buscando manter o consenso social.

Lima (2012) apresenta a reflexão de que a grande concentração de propriedades de comunicação por um reduzido número de megaempresas mundiais é, atualmente, a consequência mais evidente da convergência tecnológica do setor.

Ainda, segundo ele, estudiosos constatam que o mercado global da mídia hoje é controlado, no primeiro nível, por cerca de dez enormes conglomerados e, em um segundo nível, por outras quarenta empresas diretas ou indiretamente ligadas às primeiras.

Para Maringoni (2010), a história dos meios de comunicação na América Latina é a história de como se constituíram as oligarquias locais e regionais, sendo que está simultaneamente ligada a dois processos históricos: inserção do continente no mercado mundial e os avanços tecnológicos oriundos da revolução industrial.

Ou seja, é essencialmente uma história política, de favorecimento a classes ou setores de classes em detrimento de outros, nas quais a propriedade e a renda são extremamente concentradas.

A convergência da mídia continental sempre foi um braço do poder político. De acordo com Moraes (2006), esta sincronização ganha força ao entender que cultura está imersa na lógica do lucro que preside a expansão da forma mercadoria de todos os campos da vida social.

O autor afirma que, integrada às demais áreas produtivas e ao consumismo, a esfera cultural torna-se componente essencial da lubrificação do sistema econômico e midiático. Neste contexto, ele conclui coexistir uma inversão de valores, onde cultura converte-se a economia, e economia em cultura, formando o alicerce do capitalismo atual.

Em contrapartida, Lima (2012) acompanha esta ideia concluindo que representantes dos setores de comunicação defendem a ação coordenada de várias empresas em um mesmo grupo, tornando-se indispensável e, ao mesmo tempo, eficiente na acumulação econômica.

Assim, surgem novos conglomerados empresariais e organismos internacionais, como poderosos atores na formulação dessa política de comunicação em nível nacional e internacional.

Para Lima (2012), desde 1995, com a entrada do presidente Fernando Henrique Cardoso, a radiodifusão foi excluída do alcance da legislação de telecomunicações brasileira, na contramão ao resto do mundo que buscava a unificação de políticas públicas. Segundo o autor, essa falta de atenção ao setor favoreceu a manutenção de poder dos grandes empresários da mídia.

Todavia, o autor afirma ser impressionante o número de novas regras que entraram em vigor nesse período, tornando possível a desregulamentação e a privatização de comunicações, até a entrada do capital estrangeiro.

Em uma tentativa de delinear o cenário sobre as políticas de radiodifusão no Brasil, Lima (2012) registra a sobrevivência de uma velha estrutura da propriedade familiar, o renovado vínculo com as elites políticas locais ou regionais em um sistema marcado pela concentração da propriedade regido por um marco regulatório desatualizado e frágil.

Foi durante o governo de FHC, mais precisamente em 1996, que começou a brotar no Congresso Nacional a lei que viria regulamentar as rádios comunitárias brasileiras. Inegavelmente um avanço para o setor, mas que não atenderia todos os anseios de comunicação das minorias emergentes.

2.4 Especificidades para rádios comunitárias

No Brasil, as rádios comunitárias nasceram nos moldes das rádios livres de 1970, no que tange a falta de amparo legal, instabilidade de funcionamento e a insegurança, protagonizada principalmente pela forte fiscalização e repressão do governo federal.

Mas diferente das rádios livres que, através da sua programação buscavam a garantia da liberdade de expressão dos seus idealizadores, e também dos grupos sociais que a tinham como instrumento de protesto e obtenção de direitos fundamentais, as comunidades organizadas começaram a acessar este instrumento com o viés mais coletivo, incluindo a população na seleção, organização e apresentação dos meios comunicacionais.

De acordo com Peruzzo (2009a), na América Latina, as discussões sobre políticas públicas efetivamente democráticas de comunicação tinham grande influência dos debates protagonizados pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) já nos anos 60, por conta do crescente avanço da cultura dominante dos Estados Unidos e dos países Europeus perante o restante do mundo.

A regulamentação do segmento de rádios comunitárias brasileiras aconteceu da mesma forma que os outros processos de regulação da comunicação no país, atrasada. Por este motivo, quando finalmente foi constituída, no final dos anos 90, já haviam se passado vários anos desde a primeira transmissão radiofônica no país, datada no ano de 1922.

Com apenas leis genéricas, como o Código Brasileiro de Telecomunicações (4.117/62) e posteriormente outros decretos que delimitavam as transmissões fora do sistema oficial de concessões do país, os meios de comunicação eram mantidos nas mãos de grupos políticos e econômicos, marginalizando assim, as frequências alternativas que tinham como protagonistas as entidades que pretendiam espaço nos meios comunicacionais.

Somente através da pressão da sociedade civil, mas principalmente impulsionada pela preocupação do governo, empresários das comunicações e militares com a expansão do setor, a lei 9.612/98 foi constituída, mas nasceu cheia de limitações e uma série de entraves para sua real efetivação, devido às diversas interferências provocadas durante sua gestação.

Também conhecida por Lei das Rádios Comunitárias, a lei 9.612/98 institui o serviço de radiodifusão comunitária no país, tornando-se o primeiro reconhecimento legal da existência de emissoras de rádio comunitárias brasileiras.

Apesar de ser considerado um avanço no segmento de radiodifusão comunitária, a lei ainda é duramente criticada por estudiosos do setor. Devido as suas restrições quanto à frequência que deve ser modulada, de cobertura limitada e de baixa potência, já listadas de imediato no primeiro artigo:

Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. (BRASIL, 1998).

Segundo o preceito legal, quanto à potência o raio fica limitado a 25 watts. Em consequência disso, torna-se praticamente inviável o trabalho das emissoras, pois este raio de fato atinge menos de um quilômetro de distância. Sendo assim, comunidades rurais, que em sua maioria são extensas em território, acabam sendo prejudicadas.

Neste sentido, Malerba (2008) compara o caso de comunidades indígenas da Amazônia, que muitas vezes possuem grandes distâncias uma das outras, o que, segundo ele, atrapalharia o veículo de radiodifusão em se propagar com estas definições.

Segundo o autor, esta preocupação do governo em delimitar o campo de abrangência das rádios comunitários também se nota no art. 16 da lei, quando proíbe a formação de redes. Deste modo, fica impossível o intercâmbio de valores, culturas e necessidades entre as mais diversas comunidades, além de ser uma proibição que só afeta o setor comunitário.

Ao impedir que essas emissoras empreguem um artifício tecnológico amplamente utilizado pelas rádios comerciais, sem qualquer justificativa clara, a lei 9.612/98 evidencia os propósitos de sua criação: antes restringir que viabilizar o serviço de radiodifusão comunitária no Brasil. (MALERBA, 2008, p. 8)

Malerba (2008) destaca ainda que no quinto artigo da lei o caráter restritivo volta a aparecer, pois nota-se que o serviço das rádios é moldado citando que em cada cidade poderá haver somente um único e específico canal para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada:

O Poder Concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. Parágrafo único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, será indicado, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva nessa região. (BRASIL, 1998).

Esta definição, da mesma forma que pode causar diversas interferências e conflitos de sinais em regiões pouco afastadas, também esbarra nos artigos 22 e 23 da própria legislação, que estabelecem que as rádios comunitárias não possuam direito a proteção contra perturbações em sua frequência, além disto, se dificultarem ou atrapalharem os sinais de outros serviços sofrerão com a interrupção de suas atividades.

Estas limitações impostas pela legislação dificultam o serviço das emissoras de radiodifusão comunitária e por isso ainda é bastante discutida a sua aplicabilidade. Além do mais, durante todos estes anos quase não se obteve mudanças, sendo que as poucas alterações realizadas não causaram melhorias significativas para o segmento.

No ano 2001, a medida provisória nº. 2.216-37 alterou a redação do texto original do art. 2º da Lei de Radiodifusão Comunitária, acrescentando o art. 223 da Constituição Federal, onde estabelece competência ao Poder Executivo de “outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens”, alterando conjuntamente o parágrafo único deste artigo, conferindo autonomia ao Executivo de, em caráter provisório, autorizar a operação dos veículos até a apreciação final do Congresso Nacional.

Outra mudança ocorreu no parágrafo único do Art. 6º, onde se estabelecia período de outorga de três anos para o funcionamento das rádios comunitárias. A lei 10.597/2002 aumentou para dez este período de vigência, com chance de renovação por igual tempo.

No ano de 2017, durante a presidência de Michel Temer, a lei 13.424 acrescentou os artigos 6º-A e 6º-B, que se referem aos prazos para as entidades autorizadas renovarem as outorgas, estabelecendo limite entre os doze e dois meses anteriores ao término da sua validade para a atualização.

Moreira (2013) evidencia que durante os oito anos de governo do presidente Lula (2003-2010), as lutas por políticas de comunicação passaram a ser segmentadas, sendo que os diversos setores que almejavam melhorias para o movimento começaram a pleitear direitos pontuais para cada esfera.

Neste período, Moreira (2013) menciona que o grupo das rádios comunitárias teve um rigoroso golpe. Sem nenhuma mudança na legislação comunitária, o governo federal aprovou a lei 10.871/2004, que deu poder de polícia aos técnicos da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), provocando um sentimento de frustração.

Peruzzo (1998) ainda aponta outras falhas na execução desta atividade. Segundo ela, o atraso para a liberação de autorizações pelo Ministério das Comunicações, com infinitos procedimentos burocráticos no andamento de registros de autorização, se configura como uma das maiores problemáticas.

Quase em todos os casos, não é possível conseguir a autorização para funcionamento sem o apoio de algum político. Da mesma forma que as concessões de veículos privados devem ter o aval do Estado, as comunitárias precisam de outorga do Congresso Nacional para que possam entrar no ar.

Diante das limitações da lei, é comum encontrar rádios que não a respeitem, o que, acrescido do fato de milhares de emissoras entrarem no ar mesmo sem possuir a autorização para funcionar, são motivos de perseguição por parte da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), com respaldo da Polícia Federal. (PERUZZO e VOLPATO, 2010, p. 40)

Deste modo, a autora enfatiza que a maioria das emissoras que estão funcionando na ilegalidade, já foi atrás de regularização ou estão com os seus processos parados no Ministério das Comunicações, mais por questões políticas do que documentais. Ela relata que existem casos de mais de 10 anos de espera para uma emissora se tornar legal.

Portanto, o princípio de liberdade de expressão, garantido pela Constituição brasileira, é ferida constante e duplamente: pelos impedimentos impostos por uma lei que não atende as necessidades do setor e pelo fechamento sumário de emissoras, sejam elas legalizadas ou não (PERUZZO e VOLPATO, 2010, p 39-43).

Cabral (2011) também aponta outro aspecto desigual orientado pela legislação. Segundo ele, durante o processo de licitação das concessões, são priorizadas somente as regiões que estão dentro da abrangência do Ministério das Comunicações e geralmente são localidades interioranas, para que assim não haja rivalidade com as empresas comerciais, geralmente instaladas nas capitais.

Além de todos os pontos elencados, Cabral (2011) enfatiza que mesmo com o número elevado de rádios comunitárias presentes atualmente no país, superando até o número de rádios comerciais, educativas e com o cunho religioso, estas na maioria das vezes não cumprem nem o que a lei determina no sentido de não ter fins lucrativos, ser organizada em torno de um conselho gestor e ter programação diversificada que abranja todos os cidadãos.

Em certo ponto, Malerba (2012) reivindica os benefícios e evoluções das leis de países da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Para o autor, as leis tiraram da obscuridade estes serviços, apesar de ainda persistirem restrições nestes países que inviabilizam o pleno exercício da comunicação comunitária.

(...) cabe apontar que todos os países analisados já oferecem um amparo legal – mesmo que, em muitos casos, limitado e restritivo – para o exercício da radiodifusão comunitária. Isso por si só já evidencia um avanço, tendo em vista que, por muitos anos as rádios comunitárias da América do Sul existiram à margem da lei (MALERBA, 2012).

Dentro do estudo denominado "Panorama da situação legal na América Sul", realizado por Malerba (2012), podemos fazer comparações da realidade desses países e as gradativas mudanças. Ele chama a atenção para o caso da Bolívia, que dentro de sua lei estabelece a divisão de forma equânime para os diferentes setores, contemplando até as culturas tradicionais.

Em 8 de agosto de 2011, foi sancionada a *Ley General de Telecomunicaciones, Tecnologías de Información y Comunicación*, que, entre diversas medidas, em seu artigo 10º, estabelece uma reserva de espectro para os diferentes setores sociais prestadores do serviço de comunicação, a saber: até trinta e três por cento para o Estado; outros trinta e três por cento para o setor comercial; dividindo o restante para o social comunitário – até dezessete por cento – e os povos indígenas originários campesinos, comunidades interculturais e afrobolivianas – até o dezessete por cento. (MALERBA, 2012).

Malerba (2012) destaca o caso boliviano por conta da movimentação comunitária que já despontava no país em meados 1940, com as “rádios mineiras bolivianas”. O autor considera que foram tais experiências que encorajaram outras da mesma natureza, mesmo que na Bolívia a legislação só chegasse a ser conquistada em 2011.

Dentro deste mesmo estudo, na comparação com os demais países, o Brasil aparece como um dos mais excludentes no que se refere à democracia na comunicação. Cabral (2012) aponta que a questão de complementaridade entre os sistemas estatal, público e privado está delineado na Constituição de 88, em seu artigo 223, resguardando a diferença entre os três modelos, mas que nunca foi respeitada tal compreensão.

Cabral (2011) afirma que o cumprimento desta norma é uma das principais lutas da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRACO), que no seu 6º congresso, ocorrido do Maranhão, em 2017, utilizada como um dos principais slogans "a Rádio Comunitária é a verdadeira rádio pública".

Portanto, como parte integrante e constitutiva do sistema público de comunicação, as rádios comunitárias existentes no país reivindicam para si autonomia que viabilize suas atividades, bem como afirme a contribuição para um desenvolvimento humano e social que compreende as comunidades como sujeitas dos processos locais e na relação com iniciativas e movimentos afins. (CABRAL, 2011)

Cabral (2011) ainda complementa afirmando que as questões de interesse público devem estar presentes nos três setores, mas o que se vê é uma apropriação indevida do estatal e do privado, ficando para as entidades públicas a incumbência de exercer um papel voltado para a vida em comunidade, pois segundo a lei, têm de:

(...) dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2013).

Neste sentido, podemos inferir que uma das causas para a pouca dedicação no setor social das rádios comunitárias é justamente o fato de não visar o lucro, o que é mais valorizado e priorizado no capitalismo. Uma das questões de reclamo dos produtores civis e que atinge todos os países da América do Sul.

No Brasil, esta limitação advém do artigo nº 18 da lei 9.612/98, que só admite fomento as rádios comunitárias através de apoio cultural, sem contar que este patrocínio só pode partir de anunciantes que estejam no entorno de um raio de 1 km da antena da emissora.

Segundo Malerba (2012) a impossibilidade de arrecadação por meio da publicidade põe as rádios em condições de vulnerabilidade sustentável, o que para alguns grupos religiosos e/ou políticos locais podem configurar em oportunidades para persuadir as associações comunitárias, afastando-as de sua finalidade principal que é atender os interesses coletivos.

Neste sentido, Cabral (2011) sugere que a participação de anunciantes privados não deve ser excluída completamente, e sim adaptada para que seja aproveitado sem que haja a perda da autonomia da comunidade na realização de suas atividades.

A submissão aos interesses privados de anunciantes que sustentam comercialmente as rádios coloca belas iniciativas a perder e perverte o sentido político de suas práticas. Por outro lado, a própria compreensão da rádio como locatária de espaços de programação não é tão menos perversa, impondo aos programadores o acesso a partir de sua competência financeira e elitizando a iniciativa a partir do limite àqueles que não dispõem de condições para terem disponível o acesso ao meio para se expressarem, ou que fazem de seu programa algo mais comercialmente vendável para contar com o interesse de anunciantes. (CABRAL, 2011, p. 25)

No Estado do Rio de Janeiro e no município de São Paulo foram criadas legislações de fomento as rádios comunitárias (lei nº. 6892/2014 e lei nº. 16.572/2016), respectivamente. A primeira determina 1% das verbas destinadas pelo Governo Estadual às campanhas institucionais e de publicidade às rádios comunitárias, enquanto a segunda criou o Programa Municipal de Fomento ao Serviço de Radiodifusão Comunitária.

A criação destas leis demonstra as dificuldades encontradas pelas fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos, de exercer o papel estipulado pela lei de

radiodifusão comunitária, que ainda define que devem ser entidades geridas por brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 anos, e que possuem residência fixa na localidade.

A lei também designa os procedimentos para obtenção do sinal de rádio, enfatizando serem de competência do Poder Executivo. Assim, a entidade interessada deve encaminhar solicitação para explorar o serviço, contendo a indicação da área requerida para a exploração.

Após a análise, se for constatado a viabilidade técnica, um comunicado será publicado, dando conhecimento a todas as entidades locais. Os procedimentos de escolha cabem ao governo federal, que seguindo os critérios da lei escolherá a entidade que cumprir todos os requisitos.

Estas entidades não podem possuir vínculos financeiros, religiosos, familiares, político-partidários ou comerciais com qualquer outra organização. Devem conter conselhos comunitários de programação, onde se reúnam todas as representações da comunidade. Ele será responsável por manter as veiculações baseadas em temas ligados a educação, cultural e informação, além de atividades artísticas e jornalísticas que devem ter a participação dos moradores da região.

Esta programação deve respeitar valores éticos e sociais da pessoa e da família, sem discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social. Vedando qualquer forma de proselitismo.

Desta forma, entendemos que a lei das rádios comunitárias brasileira foi construída baseada em limites geográficos e burocráticos, contendo inúmeras falhas no aspecto técnico, mas mesmo assim, respeita alguns princípios de autonomia e democracia na comunidade.

Neste sentido, voltamos aos pensamentos de Paiva (2009), no intuito de destacar o que comunicação comunitária significa para ela no contexto de modificação da conjuntura de privilégios, onde os meios de comunicação servem de barganha:

Esse papel se caracteriza pela necessária e imprescindível contraposição ao sistema vigente de produção, de representação, de apropriação, identificação e significação em vigor nas sociedades atuais. (PAIVA, 2009).

CAPÍTULO III

3. Metodologia e análise das rádios comunitárias do Amapá

Este trabalho científico pretende analisar os serviços das rádios comunitárias autorizadas no estado do Amapá, dentro do que prevê a legislação para o setor e os seus ditames. Pretende-se, assim, identificar como são desenvolvidas as atividades destes meios nos espaços onde se encontram, e se deste modo, cumprem o papel de democratizar a comunicação aos cidadãos.

Neste sentido, o trabalho foi realizado em duas etapas de pesquisa. A primeira baseou-se em pesquisa bibliográfica de publicações de autores que se destacam pelo estudo das temáticas referentes à comunidade e comunicação, além dos marcos regulatórios de radiodifusão brasileira e os direcionados às rádios comunitárias.

No segundo momento, foram utilizadas as técnicas de observação e entrevista, onde foi aplicado um formulário com perguntas abertas. No tocante a observação, Marconi e Lakatos (2009) atribuem sua especificidade:

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social. (MARCONI e LAKATOS, 2009, p. 76).

Marconi e Lakatos (2009) também realçam a importância do método de entrevista para a coleta de dados, pois, segundo elas, proporciona a obtenção de resultados para as demandas principalmente voltados ao social, pois oferece espaço para a subjetividade das opiniões dos participantes.

Por conseguinte, as autoras definem dois formatos de entrevista, a estruturada e a não estruturada. A primeira vale-se de um roteiro de perguntas previamente estabelecido, enquanto a segunda dá liberdade ao entrevistado de evoluir conforme seu entendimento. Nesse trabalho foi optado pelo primeiro modelo, para que ao final sejam confrontados os resultados obtidos.

A observação e o protocolo de observação e entrevista, fundamentais para coleta de dados, foram estruturados levando em conta categorias previstas no marco regulatório que

definem e configuram a radiodifusão comunitária nos aspectos relacionados à gestão, programação e participação social. As categorias investigadas são:

Natureza da programação: a lei 9.612/98 determina a prioridade para conteúdos “educativos, artísticos, culturais e informativos que beneficiem o desenvolvimento geral da comunidade”, além da obrigação aos “valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida”. A norma também proíbe qualquer forma de discriminação e proselitismo.

Gestão: a legislação das rádios comunitárias estabelece que a administração do veículo deva ser por “fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas”. Essas entidades devem ser geridas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, devendo estar localizada na área atendida, assim como os seus proprietários.

Participação social: a participação da comunidade atendida pelo veículo de comunicação deve ser garantida em sua plenitude, segundo a lei. Desta forma, resguardam-se os direitos a “difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade”, “formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social”, “utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário” e “capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

De acordo com os dados do Sistema de Controle de Radiodifusão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), no Amapá, existem 19 entidades autorizadas para exercer esse serviço previsto na lei nº. 9.612/98, segundo demonstrado na tabela abaixo:

ENTIDADE	REGIÃO
Associação Rádio Comunitária Vera Cruz	Amapá
Associação Comunitária dos Moradores do Lourenço	Calçoene
Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Calçoene	Calçoene
Associação da Rádio Comunitária de Cutias do Araguari	Cutias
Associação Rádio Comunitária Araguari	Ferreira Gomes
Associação da Rádio Comunitária de Itaubal	Itaubal
Associação Comunitária de Radiocomunicações do Vale do Rio Jari	Laranjal do Jari
Associação da Rádio Comunitária "Liberta Bailique FM"	Macapá
Associação de Comunicação Alternativa do Novo Horizonte	Macapá
Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural do Oiapoque	Oiapoque
Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Oiapoque	Oiapoque
Associação da Rádio Comunitária de Pedra Branca do Amapari	Pedra Branca do Amapari
Associação Rádio Comunitária Porto Grande FM	Porto Grande
Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pracuúba	Pracuúba
Associação Comunitária de Desenvolvimento Onda Livre	Santana
Associação da Rádio Comunitária Serrana Manganês	Serra do Navio
Associação Rural da Rádio Comunitária do Assentamento do Bom Jesus	Tartarugalzinho
Associação Comunitária dos Moradores de Tartarugalzinho	Tartarugalzinho
Associação da Rádio Comunitária de Vitória do Jari	Vitória do Jari

Tabela 1 – Entidades autorizadas pelo Ministério das Comunicações para o exercício da radiodifusão comunitária do Amapá e suas localidades. Fonte: Anatel

Com esses dados e a contribuição de radialistas, jornalistas e técnicos de Macapá, capital do Amapá, foi possível fazer aproximação com os veículos de comunicação. As entrevistas foram feitas com os responsáveis pelas Associações Comunitárias ou diretores das rádios. Das 19 rádios autorizadas foi possível contato com oito, através de telefones, internet e visitas presenciais.

Fundamentados pelos pontos elencados a cima, as seguintes rádios comunitárias foram examinadas:

NOME DA RÁDIO	LOCALIZAÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO
Tartarugalzinho FM	Município de Tartarugalzinho	2010
Amapari FM	Município de Pedra Branca do Amapari	2004
Laranjal FM	Município de Laranjal do Jari	2002
Itaubal FM	Município de Itaubal do Pírim	2010
Calçoene FM	Município de Calçoene	2002
Liberta Bailique FM	Distrito do Arquipélago do Bailique	2002
Onda Livre	Município de Santana	2009
Novo Tempo	Município de Macapá	2006

Tabela 2 – Relação de rádios entrevistadas por região e ano de fundação.

Em decorrência da falta de registros atualizados pelo Ministério das Comunicações, no tocante a números telefônicos, não foi possível o contato com as demais rádios. Também foram encontradas dificuldades pelo fato desses municípios não contarem com sistema de internet. Em alguns casos específicos, mesmo encontrando os dirigentes das entidades, não conseguimos realizar as entrevistas por conta da negativa dos indivíduos.

3.1 Descrição dos objetos de estudo

a) Rádio Novo Tempo

A Rádio Comunitária Novo Tempo, frequência 105.9 FM, está localizada na Rua Maria da Conceição dos Santos, Bairro Novo Horizonte II, número 3275, Macapá/AP. A entidade detentora da concessão é a Associação de Comunicação Alternativa do Novo Horizonte, que tem como presidente Jessica Janielly Pequeno de Almeida.

De acordo com a direção da rádio, atualmente as transmissões diárias iniciam às 5h e encerram às 18h, com programação voltada à juventude, mulheres, homossexuais, religião, sindicatos, movimento negro e cultura. Em um site antigo da rádio¹ consta uma grade de programação com início às 6h e com término às 00h, sendo que a diversidade de programas é bem grande durante o dia. A frequência da rádio abrange todo o município de Macapá e algumas regiões do município de Santana.

A rádio começou a operar em 1998, mas só conseguiu a autorização definitiva do Ministério das Comunicações em 2006. Atualmente consta como autorizada. A sua diretoria executiva possui 12 membros e um conselho de programação, composto por entidades representativas da comunidade.

¹ <http://www.novotempofm105.viprادیos.com/>

b) Rádio Tartarugal FM

A Rádio Comunitária Tartarugal FM, frequência 87.9 FM, está localizada na BR 156 – Km 234, Bairro Novo, Tartarugalzinho/AP. A entidade detentora da concessão é a Associação Comunitária dos Moradores de Tartarugalzinho, que tem como presidente Renata Maciel da Costa.

De acordo com a direção da emissora, a sua grade de programação é voltada ao entretenimento, religião, cultura, saúde, esporte e segurança pública. A frequência da rádio contempla a sede do município e mais 18 comunidades rurais de Tartarugalzinho

Foi fundada no dia 10 de outubro de 2010, no mesmo ano conseguiram a concessão. Atualmente consta como autorizada. A entidade possui um diretor geral e um diretor de programação, além do departamento técnico. Existe um conselho de programação formado pela Associação dos Moveleiros, Assembleia de Deus, Colônia de Pescadores de Tartarugalzinho, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tartarugalzinho e Associação Pro - idosos de Tartarugalzinho.

c) Rádio Amapari FM

A Rádio Comunitária Amapari FM, frequência 87.9 FM, está localizada na Rodovia Perimetral norte, s/n, Pedra Branca do Amapari/AP. A entidade detentora da concessão é a Associação da Rádio Comunitária de Pedra Branca do Amapari, que tem como presidente Lennon Vinicius da Costa Lameira.

A transmissão inicia às 5h e encerra as 00h. Os diretores afirmam que a programação prestigia o jornalismo, religião, entretenimento, cultura amapaense, educação e variedades. A frequência contempla todo o município de Pedra Branca do Amapari.

A rádio funciona desde 2003, foi fundada no dia 19 de janeiro de 2004 e só conseguiu a concessão em 2010. Atualmente consta como autorizada. A diretoria é formada por oito cargos, entre eles presidente, vice-presidente, diretor de programação e tesoureiro. Não existe conselho de programação.

d) Rádio Laranjal FM

A Rádio Comunitária Laranjal FM, frequência 87.9 FM, está localizada na Rua Tancredo Neves, 3395, Laranjal do Jari/AP. A entidade detentora da concessão é a Associação Comunitária de Radiocomunicações do Vale do Rio Jari, que tem como presidente Walmiro Sousa.

A transmissão inicia às 5h e encerra as 00h. De acordo com a diretoria da rádio, a programação prestigia programas voltados para cultura, jornalismo, música, jornalismo esportivo e religião. A frequência abrange toda a cidade de Laranjal do Jari.

A Associação foi criada em 2000, mas a rádio conseguiu a concessão em 2002. Atualmente consta como autorizada. A diretoria é formada por diretor administrativo e de programação, mas é a mesma pessoa, além de mais sete radialistas. O conselho de programação é formado por entidades como a APAE, Sindicato dos Taxistas e Associação de parteiras.

e) Rádio Itaubal FM

A Rádio Comunitária Itaubal FM, frequência 87.9 FM, está localizada na Rua São Benedito (rua principal), 202, Itaubal/AP. A entidade detentora da concessão é a Associação da Rádio Comunitária de Itaubal, que tem como presidente Manoel José Ferreira do Rosário.

A programação inicia às 6h e vai até 00h. Segundo a diretoria da rádio, a grade de programação possui seis programas de três horas de duração e os programas são todos regionais. A frequência da rádio atende áreas ribeirinhas do estado do Pará, além do município vizinho de Cutias.

A rádio funciona desde 2010. Atualmente consta como autorizada. A direção da rádio é feita pela Associação. Não existe conselho de programação.

f) Rádio Calçoene FM

A Rádio Comunitária Calçoene FM, frequência 87.9 FM, está localizada na Rua João Anastácio dos Santos, 452, bairro CEA, Calçoene/AP. A entidade detentora da concessão é a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Calçoene, que tem como presidente Luiza Gomes Nascimento.

O diretor da rádio afirma que a programação durante a semana possui três programas locais e quatro da rádio 102 FM, afiliada ao Sistema Beija-Flor de Comunicação. No site da emissora² os programas locais aparecem descritos. Os programas são voltados para a religião, música e esporte. A frequência atinge em torno de 40 km.

A rádio foi fundada em 2002 e a autorização foi concedida no mesmo ano. Atualmente consta como autorizada. Só existe diretor e não existe conselho.

² <http://www.calcoenefm.com.br/87fm/programacao.html>

g) Rádio Liberta Bailique FM

A Rádio Comunitária Liberta Bailique FM, frequência 105.9 FM, está localizada na Passagem Noemia Amanajás, s/n, Vila Progresso, Arquipélago do Bailique/AP. A entidade detentora da concessão é a Associação da Rádio Comunitária Liberta Bailique FM, que tem como presidente Maria José Tavares dos Santos.

Segundo a diretoria da rádio, a programação durante a semana é mais evangélica, mas também tem música e esporte. A frequência atinge todas as comunidades do arquipélago do Bailique e mais algumas ilhas do Pará.

A rádio foi fundada em 2002. Atualmente consta como autorizada. O quadro de gestão é formado por diretor, vice-diretor, locutores, diretor de programação. Não possui conselho de programação.

h) Rádio Onda Livre

A Rádio Comunitária Onda Livre FM, frequência 105.9 FM, está localizada Avenida Oscar Santos, 52 – Distrito Industrial, Santana/AP. A entidade detentora da concessão é a Associação Comunitária de Comunicação Onda Livre, que tem como presidente Josué Cavalcante.

De acordo com o diretor da rádio, a programação inicia às 5h e encerra às 20h contemplando programas voltados ao entretenimento, jornalismo, esporte, social e religioso. No site³ da emissora a programação aparece bem reduzida, com programas musicas e religiosos. A frequência atinge todo o município de Santana e uma parte do município de Mazagão.

A rádio foi fundada em 2009. Atualmente consta como autorizada. O quadro de gestão é formado só pela diretoria da rádio. Não possui conselho de programação.

3.2 Análise das rádios comunitárias

Tomando como base os relatos dos diretores das rádios e das Associações Comunitárias pesquisadas, identificamos que existem falhas no cumprimento do que a legislação estipula, muitas provocadas pelas próprias imperfeições da lei, que de primeira vista já identificamos que, em alguns pontos, não colabora para o desenvolvimento pleno da radiodifusão comunitária nestas regiões.

³ <http://www.radioondalivre.com.br/>

Nesse sentido, pontuaremos a seguir, alguns fatores que chamaram a nossa atenção durante a coleta de dados:

a) Gestão: De acordo com a lei 9.612 a gestão das rádios comunitárias deve ser feita por entidades que não visem lucro sobre suas atividades, elas também devem dar espaço para todas as categorias representativas do local onde estão inseridas. Deste modo, verificamos que das oito rádios consultadas, no que se refere à administração, geralmente são feitas apenas pelos diretores das rádios e em alguns casos contemplam os cargos de diretor de programação e tesoureiro, sendo que os gerentes das emissoras assumem rotineiramente atividades conjuntas. Apenas uma rádio indicou que possui direção executiva com 12 membros, diretores administrativos indicados pelo presidente e conselho comunitário de programação.

Dois representantes informaram que tanto a diretoria da rádio, quanto a da Associação, é feita pelos seus familiares. Em outro caso, um diretor de uma emissora informou que a presidente da Associação Comunitária está à frente da entidade há 15 anos.

Neste ponto, nos remetemos aos pensamentos de Lima (2007), quando ele relaciona o uso das rádios comunitárias pelo que intitula “coronéis eletrônicos de novo tipo”, uma mostra do forte controle aplicado sobre esses veículos por representantes ligados a agentes políticos ou religiosos, o que pode configurar um novo formato de dominação, agora mais regionalizada.

Para que o veículo seja considerado comunitário Peruzzo (2009b) esclarece que deve sempre garantir a atuação expressiva da população, sendo de propriedade coletiva dos moradores. Neste sentido, não percebemos a participação integrante do grupo comunitário nas rádios citadas, mas sim, indícios de formação de propriedades do bem público.

A maioria das rádios não possui pessoal especializado nas áreas de jornalismo, rádio e operador técnico. Apenas uma emissora afirmou ter um jornalista a frente da entidade e outra disse que seus locutores precisam participar de cursos para manusear os instrumentos técnicos.

Está questão de formação superior não é apontada pelos autores que estudamos como prejudicial à qualidade técnica da rádio, pelo contrário, Peruzzo (2009a) afirma que a posição da comunidade deve ser de apropriação destes meios tecnológicos, para que, assim, se transformem em espaços abertos para a proliferação de novas perspectivas.

Mas durante a análise dos relatos dos diretores das rádios entrevistadas, esta visão da autora não se relaciona, pois nas principais atividades de gerência e manuseio dos veículos,

não se nota a participação diversificada dos cidadãos. A comunidade ainda se encontra a esmo deste instrumento.

b) Frequência: A lei define que será designada para todo o país uma única faixa de frequência para o serviço de radiodifusão comunitária, e que somente em casos de dificuldade técnica, outro canal alternativo será autorizado para a região específica.

Deste modo, as rádios comunitárias do Amapá possuem frequências semelhantes, as duas utilizadas são 87.9 FM e 105.9 FM, sendo que das oito analisadas cinco utilizam a primeira e três a segunda. Malerba (2008) questiona estes efeitos restritivos orientados pela lei, que não consideram as particularidades das regiões brasileiras e muito menos as necessidades locais.

Em relação à abrangência do sinal das rádios, todas alcançam distâncias além do que a legislação prevê (um quilômetro). A definição de cobertura restritiva não prospera neste ponto, pois existem casos, como a das rádios comunitárias do Distrito do Bailique e dos municípios de Tartarugalzinho e Itaubal, que chegam até áreas ribeirinhas do estado do Pará.

Algumas regiões amapaenses sobrem com a interferência de sinais cruzados, como é citado pelos diretores das rádios dos municípios de Itaubal e Cutias e de Macapá e Santana, que possuem frequências semelhantes e se localizam a mais de 20 km.

Essa contrariedade entre o que a lei estabelece e a realidade das rádios comunitárias advêm da própria legislação, que define que a altura das antenas de transmissão pode chegar até trinta metros, o que segundo as próprias entidades torna impossível o controle da radiação desta frequência.

c) Concessão: Todas as oito rádios receberam suas concessões para funcionamento a partir dos anos 2000, já depois da existência da lei, mas há casos como a das rádios Novo Tempo FM e Laranjal FM que já funcionavam ilegalmente desde 1998 e 1997, respectivamente. Nesses dois casos a permissão definitiva só veio após mais de cinco anos em atividade.

Esse fato é bem elucidado por Peruzzo (1998), quando ela se refere às inúmeras dificuldades impostas pelo Ministério das Comunicações, o que acarreta na necessidade destas entidades recorrerem a agentes políticos para obtenção de suas autorizações. Conseguimos identificar este fato no relato dos diretores das rádios analisadas, que informaram que somente com o impulso de parlamentares foi possível a regularização definitiva.

Neste sentido, entendemos que esta relação inicial entre políticos e emissoras comunitárias, provocada principalmente pela burocracia do órgão responsável e a

interferência parlamentar pode gerar inúmeros entraves para a realização da proposta comunitária, pois em alguns casos⁴ relatados pelos entrevistados na pesquisa, notam-se muitos interesses externos e particulares com o uso do veículo.

d) **Programação:** Considerando as informações dos diretores das rádios comunitárias sobre a programação vinculada pelos veículos, observou-se o predomínio de programas religiosos e musicais, sendo que estão em todas as programações das rádios investigadas. Os programas de entretenimento aparecem em segundo plano, seguidos por aqueles relacionados a esporte e educação. Quatro diretores informaram conter programações jornalísticas de caráter regional.

A lei determina que sejam priorizadas programações de cunho educativo, artístico, cultural e informativo, mas observamos nestas rádios o predomínio dos vinculados principalmente as igrejas evangélicas e católicas. Segundo os entrevistados, isto se deve a maior representatividade dos movimentos religiosos nessas comunidades, além do fato destas entidades possuírem poder aquisitivo para manutenção de suas programações.

A legislação comunitária preocupa-se em informar que é proibido proselitismo de qualquer natureza, mas a forte presença de representações doutrinárias já causa certa influência nas regiões onde se hospeda.

Desta forma, voltamos aos pensamentos de Leal (2006) quando o autor define o espaço comunitário como o ambiente propício para desenvolver a identidade, devido às trocas diárias que produzimos. Assim, como Peruzzo (2009a) destaca o papel da comunicação com instrumento necessário para o compartilhamento deste sentimento de pertencimento, entendemos que se torna de fundamental importância o empoderamento de todo o cidadão nas rotinas que as rádios comunitárias desenvolvem.

A pouca presença de programas jornalísticos de produção genuinamente regional, que se proponham a dialogar e expor demandas necessárias para as pessoas que vivem nestes círculos de coexistência, nos aponta para a falta de produção de senso crítico destes indivíduos, que acabam não usufruindo deste espaço para expor suas opiniões e buscar melhorias para sua região.

No quesito de regionalidade do conteúdo, em apenas um caso, foi informado pelo diretor da rádio que além da programação regional há também transmissões de uma rádio privada de Macapá dentro da grade, o que também fere o Art. 19 da lei, onde é proibido a

⁴ Segundo o relato de um dos diretores entrevistados, durante um período em que a rádio esteve fora do ar por problemas técnicos, os dirigentes tiveram mais de seis propostas de políticos para apoio financeiro, só que em todas as ofertas existia a intenção de interferir na produção do veículo.

“cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação”.

De acordo com os entrevistados, os critérios para a escolha da programação relacionam-se ao grupo de maior participação da comunidade, respeito às normas da lei, idade, qualificação do locutor e o interesse do indivíduo. Deste modo, notamos que não existe unanimidade entre as rádios, cada uma segue normas próprias estabelecidas em seus estatutos ou definidas pelos diretores. A lei não privilegia esse aspecto especificamente, mas determina que todos os cidadãos têm direito a dar opinião sobre qualquer assunto dentro da programação, além de sugerir, reclamar e manifestar suas ideias.

Assim como previsto em lei, Peruzzo (2009a) também acrescenta o seu olhar sobre o que significa uma comunicação realmente comunitária, caracterizando-a como instrumento plural de participação efetiva da comunidade, onde todas as pessoas que integrem um grupo social contribuam na produção de um conteúdo que almeje o pensando de cidadania e respeito às individualidades destes indivíduos.

Para garantir a participação do maior número de entidades na gerência da programação das rádios, a lei estabelece a criação de um conselho onde pelo menos cinco associações devem fazer parte. Eles têm a incumbência de garantir uma programação plural e que respeite os grupos e pessoas inclusos na região de cobertura da rádio.

Pelas declarações dos diretores das rádios entrevistadas, apenas três atendem a esses critérios definidos pela lei. Nestes casos, dependendo das rádios e das regiões onde estão instaladas, fazem parte grupos ligados a igrejas, etnias, movimentos culturais, sindicatos, idosos, parteiras e trabalhadores rurais.

Estas rádios que possuem grupos variados na organização da programação demonstram maior diversidade de conteúdo, ao contrário daquelas que não atendem todas as necessidades da comunidade por não possuírem uma organização plural e que respeite os segmentos que compõe a região onde a rádio está instalada.

e) Sustentabilidade: A questão de financiamento das rádios comunitárias é o ponto mais questionado pelos entrevistados. De acordo a lei, as associações responsáveis pelos veículos não devem possuir fins lucrativos, sendo que só os programas vinculados podem ter patrocínio, e devem ser como apoio cultural, um mecanismo que não permite promoção de produtos e veiculação de preços. Além disto, a lei ainda define que só devem vir de estabelecimentos que estejam na área onde a rádio se localize.

Desta forma, os entrevistados nesta pesquisa confirmaram que sobrevivem com as contribuições de apoio cultural de comerciantes locais, mas também com valores pagos por

sócios das associações, por entidades que possuem programas no ar e algumas atividades externas como eventos sociais, festas, bingos e etc.

De acordo com os representantes das rádios esse formato não atende todas as necessidades do veículo, servindo apenas para as manutenções básicas. Algumas rádios informaram que ainda buscam apoios com o governo e as prefeituras, mas quase sempre não conseguem este investimento.

Neste aspecto, Cabral (2011) e Malerba (2012) dialogam sobre a fragilidade que isto provoca nesses veículos comunitários, pois acabam tornando-os improdutivos e presas fáceis para grupos que pretendem retirar a autonomia da comunidade, assim, transformando-os em meras iniciativas privadas.

f) Participação da comunidade: Em todas as rádios analisadas foi verificado por meio da entrevista com os diretores, que não existe uma forte participação da comunidade nas atividades de produção e administração, sendo relatado por eles que isso se deve ao próprio desinteresse das pessoas, que geralmente atuam mais na sugestão de programação e na locução dos programas.

A atividade da comunidade acaba aparecendo por meio das entidades representativas que estão vinculados as rádios. Percebemos então a forte presença dos grupos religiosos, que sempre possuem associações que participam nas deliberações da programação dos veículos.

Neste caso, a falta de grupos organizados de acordo com o que determina a legislação, enquanto entidade regulamentada, também atrapalha a abrangência dos conteúdos dos diversos segmentos da comunidade. De acordo com o representante da rádio Novo Tempo FM, a entidade já teve mais de 80 grupos associados, mas atualmente está difícil compor o mínimo de cinco representações como determina a lei.

Neste aspecto, Paiva (2010) destaca que o veículo de comunicação comunitário deve conceder espaço para que a população construa uma visão política sobre a sua realidade local, sendo conquistada através da formação da consciência do morador, que deve sentir-se como proprietário deste meio comunicacional.

Dentro desta visão da autora, não conseguimos notar o empoderamento das populações na construção de veículos que ajudem na produção de cidadania entre os indivíduos, pois nota-se pelos relatos dos diretores das rádios, que a participação da comunidade ainda é reduzida, seja pela falta de representatividade ou pelo controle que alguns agentes exercem sobre o meio.

Neste sentido, Peruzzo (2009a) alerta que a denominação “comunitária” não garante que o veículo tenha esta finalidade, pois se ele não considerar as inúmeras identidades locais e

se deter apenas a satisfazer grupos empresarias, políticos e religiosos, não cumprirá seu objetivo principal de democratização da comunicação.

g) Interferências: Tendo como norma uma legislação cheia de imperfeições e incoerências à realidade das regiões brasileiras, não nos surpreendemos quando são apresentados questionamentos relativos a esta regulamentação. Os entrevistados apontam limitações na cobertura das frequências das rádios, problemas técnicos e financeiros, burocracia para a legalização das rádios, falta de apoio e coação política, tudo ocasionado pela lei.

Essa realidade também é demonstrada pelo estudo de Lima e Lopes (2007), que tomam como base todos os estados brasileiros. Na pesquisa realizada pelos autores eles identificam que a burocracia para a aquisição de autorização para funcionamento das rádios comunitárias de 1998 a 2004 correspondeu a 80% dos arquivamentos de processos em trâmite no Ministério das Comunicações, mas quando comparo aos apoiados por políticos os números caem consideravelmente.

Os autores ainda demonstram quatros onde detectaram vínculos políticos e religiosos em 50,2% de emissoras analisadas por eles. Na época da pesquisa, o Amapá, com seis veículos, apontou que três tinham ligação a agentes públicos. Nos estados de Amazonas e Alagoas foram verificados 66,7% e 65%, respectivamente. Em relação a grupos religiosos, das 2.205 rádios verificadas 120 (5,4%) apresentavam relação com entidades católicas, protestantes e a doutrina espírita.

Oliveira (2009) também demonstra em um estudo sobre os rendimentos legais e ilegais da Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, que detém a concessão da Rádio Sisal FM de Picuí-PB, que a ausência de uma legislação adequada para o setor, pode deixar um ambiente propício a irregularidades.

Alguns diretores de rádios comunitárias também atribuem à intervenção de empresários do ramo da comunicação a debilidade no segmento comunitário. Segundo eles, as rádios comerciais têm preferência aos olhos da legislação, pois a própria lei 9.612/98 não resguarda o direito de as emissoras comunitárias reivindicarem contra as interferências em seu sinal, coisa que não abarca as privadas.

Quem acaba perdendo em todos os sentidos é a população que vive nestas áreas, que geralmente possuem apenas este veículo para comunicação no local. Além da falta de espaço para interagir suas necessidades cotidianas, sofrem com a pressão de perder o seu único instrumento comunicacional para a grande mídia.

Neste ponto, recorreremos aos pensamentos de Paiva (2005) quando a autora reflete sobre o sentido de cidadania, que segundo ela não deve ser apenas um mérito conquistado com a chegada à idade adulta, e sim, uma forma de participação em movimentos que almejem ir além das lacunas deixadas pelo estado.

A forma de sustentabilidade autorizada pela legislação para as rádios comunitárias obriga à dependência e coloca os veículos sob assédio de grupos que mesmo não tendo a concessão pela proibição da lei, acabam interferindo na autonomia desses meios de comunicação. As rádios comunitárias do Amapá enchem os olhos de grupos de empresários da comunicação, políticos e religiosos, por carregarem a denominação comunitária e por estarem inseridas em pontos estratégicos de influência nos cidadãos.

Somente imbuídos do que Peruzzo (2015) referenciou como o sentimento de civismo, seria possível que a comunidade encontrasse dentro de suas diferenças alguns pontos de confluência para agir em proveito do todo.

Nota-se que ainda predomina nas rádios comunitárias do Amapá os interesses individuais, incentivados pela falta de iniciativas voltadas para a agregação da população. Deste modo, os veículos pouco causam mudanças na realidade onde estão introduzidos.

Também notamos através da composição das associações e diretorias das rádios comunitárias estudados, indivíduos que se relacionam com partidos políticos e grupos de interesse privado. Essa relação é demonstrada principalmente por filiações partidárias e pelas atividades de alguns gestores em cargos eletivos dentro de suas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo iniciou-se com o propósito de diagnosticar se o serviço de radiodifusão comunitária no Estado do Amapá na perspectiva da lei 9.612/98, com a proposta de observar o funcionamento e adequação das emissoras no marco conceitual e legal para o setor.

Os resultados, por outro lado, mostram que existem múltiplas deformidades ocasionadas pela própria legislação inconsistente, além das dissolutas etapas que levaram a sua formatação e os diversos interesses de grupos de poder no usufruto desta ferramenta.

Dentro da pesquisa notou-se à relação histórica dos meios de comunicação no Brasil e em países da América do Sul com a democratização dos espaços midiáticos. Deste modo, traçou-se um cenário onde a comunicação independente despontou como defesa de direitos dos grupos minoritários.

Os grupos de mídia hegemônicos participam decididamente das disputas políticas e culturais para consolidar uma forma de sociabilidade excludente, frustrando seu papel previsto na legislação como serviço público promotores da cidadania, do direito à informação e educação.

Neste contexto, os veículos comunitários em tese deveriam surgir como mecanismos de conhecimento e difusão das diversas vozes que ora aparecem excluídas dos instrumentos de comunicação de massa, que por natureza não abarcam a compreensão do caráter público oferecendo a participação ativa dos cidadãos no processo de produção e construção de cidadania.

Nesse sentido, o estudo sobre as rádios comunitárias do Amapá nos mostrou que os impasses protagonizados pela legislação, afetam na estruturação do sentido primordial da comunicação comunitária, que é o de servir aos interesses conjuntos de cidadãos que através dela criam o pensamento crítico para interpor em seu ambiente de coexistência.

Na maioria dos casos, essas rádios acabam seguindo o modelo das mídias tradicionais, no que se refere à gestão e participação dos cidadãos na construção coletiva e democrática das diretrizes editoriais as quais deveria servir segundo a legislação e o marco conceitual relacionado à radiodifusão comunitária

As restrições oriundas lei, no que tange o desenvolvimento e evolução das rádios comunitárias, demonstram que as rádios comunitárias do Amapá pouco prosperam por não possuírem efetiva liberdade para exercer a funcionalidade almejada pelos seus agentes, situação identificada no Amapá que, por sua vez, não se diferencia nas devidas proporções à realidade de outras regiões.

A presente pesquisa é inicial e de natureza exploratória no sentido de observar as rádios comunitárias sob a ótica das políticas de comunicação, aspecto pouco desenvolvido no âmbito da pesquisa local. Há outros aspectos que ainda precisam ser explorados de modo qualitativo em futuras investigações:

- Análise da recepção dos conteúdos veiculados pelas rádios comunitárias para observar na perspectiva das comunidades aspectos ligados à natureza, escopo e aderência do que é produzido pelos veículos diante das demandas locais por informação e entretenimento.

- Análise das diretrizes editoriais que orientam o processo de produção de conteúdo, de forma a analisar pela ótica dos gestores e equipes técnicas a compreensão sob a ótica comunitária/cidadã e participativa que perpassa a comunicação comunitária como projeto local de emancipação e afirmação de direitos e cidadania.

- Análise dos próprios conteúdos veiculados pelas emissoras para captar as perspectivas educativas, culturais, os valores e enquadramentos envolvendo a demanda local por informação.

- Análise sob ótica institucional para mapear a relação nem sempre formalizada, mas observável dos grupos midiáticos, políticos e setores organizados como as igrejas na apropriação dos veículos de comunicação comunitária que a observação de campo nos sugere que deve ser mais aprofundada em futuras investigações.

Desde modo, a pesquisa abre as perspectivas de estudo para as mídias que estão inseridas nos grupamentos comunitários, estabelecendo novas possibilidades de entender as políticas de comunicação que originam não no centro do poder e sim das minorias, quando elas projetam suas particularidades no meio comunicacional.

REFERÊNCIAS

CABRAL FILHO, A. V.. **A formulação de políticas no setor de rádios comunitárias no Brasil:** por um modelo que compreenda o desenvolvimento humano e social. *Redes.com*, Sevilla, vol. 6, 2011. Disponível em: <<http://revista-redes.hospedagemdesites.ws/index.php/revista-redes/article/view/168/175>>

CABRAL FILHO, A. V.. **Nem privado nem estatal:** a ideia de público como um sistema de comunicação. *E-Compós*, Brasília, v. 15, p. 1-17, 2012. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/668/572>>

GODOI, G. C. S. de. **Históricos e perspectivas:** uma análise da legislação e dos projetos de lei sobre radiodifusão no Brasil. *Cadernos de CEAM: As relações entre mídia e política*, Brasília, ano 2, nº 6, 2001.

LEAL, B. S.. **A comunidade como projeto identitário.** In: Rousiley Maia; Maria Céres S. Castro. (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 1, p. 183-193.

LIMA, V. A. **Mídia: Teoria e Política.** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2012.

LIMA, V.A de; LOPES, C.A..**Rádios Comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999 – 2004):** as autorizações de emissoras como moeda de barganha política. São Paulo: 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf>

LUZ, M.M. **As rádios comunitárias como espaços contra hegemônicos:** entrevista com Raquel Paiva. (*Revista de Economía Política de las Tecnologías de La Información y Comunicación – www.eptic.com.br*, vol. XI, n. 3, sep. – dic. / 2009. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/96/68>>

MALERBA, J. P. C.. **Panorama da situação legal na América Sul.** Observatório da Imprensa, São Paulo, v. 1, p. 1, 2012. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/ed712_panorama_da_situacao_legal_na_america_sul/>

MALERBA, J. P. C.. **Rádios comunitárias brasileiras e a questão espacial.** In: *Compós (XVII Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação)*, 2008, São Paulo. *Compós XVII Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 2008.

MARINGONI, G. **Comunicações na América Latina:** progresso tecnológico, difusão e concentração de capital. In CASTRO, D. MELO, J.M. CASTRO, C. (Org.). *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil*, Brasília: Ipea, 2010.

MARTINS, M. A. **O Histórico Legal das Comunicações no Brasil e a Tramitação do Código Brasileiro de Telecomunicações.** In RAMOS, M. SANTOS. S. (org) *Políticas de Comunicação: Buscas Teóricas e práticas*, São Paulo: Ed.Paulus, 2007.

- MORAES, D. (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2006.
- MOREIRA, G. **É legal?: a regulação da Comunicação Comunitária na esquerda latino-americana**. *Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.* [online]. 2013, vol.36, n.1, pp.209-227. ISSN 1809-5844. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1809-58442013000100011>>.
- OLIVEIRA, M. **A regulamentação das emissoras comunitárias**. 2009. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/a_regulamentacao_das_emissoras_comunitarias/>
- PAIVA, Raquel. **Mídia e política de minorias**. In: PAIVA, R; BARBALHO, A (Orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005. v. 1. p. 15-26
- PAIVA, R. **O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo**. 2. Ed. Rio de Janeiro, 2007.
- PAIVA, R. **A consolidação da estrutura comunitária na atualidade**. I/C, Sevilla, v. 01, p. 279-292, 2010. Disponível em: <<http://icjournal-ojs.org/index.php/IC-Journal/article/view/223/220>>
- PAIVA, R.; MALERBA, J. P. C.; CUSTODIO, L.. **'Comunidade gerativa? e ? Comunidade de afeto?: propostas conceituais para estudos comparativos de comunicação comunitária**. *Animus, Santa Maria*, v. 12, p. 244, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/12423/pdf>>
- PERUZZO, C.M.K.. **Participação nas rádios comunitárias no Brasil**. In: MARQUES DE MELO, J; CASTELO BRANCO, S. (Org.). *Pensamento Comunicacional Brasileiro*. São Paulo: Unesco/umesp, 1998, v. , p. 405-423. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>>
- PERUZZO, C.M.K.. **Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas**. *Revista Fronteira*, v. 11, p. 33-43, 2009a. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5039>>
- PERUZZO, C.M.K.. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e suas reelaborações no setor**. *Eco-Pós, UFRJ*, v. 12, p. 46-61, 2009b. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/download/947/887>
- PERUZZO, C.M.K.. **Comunicação nos Movimentos Populares: A participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PERUZZO, C.M.K.; VOLPATO, M.O.. **Rádio comunitária e liberdade de expressão no Brasil**. *Chasqui*, v. 109, p. 39-43, 2010. Disponível em: <<http://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/163/174>>
- PERUZZO, C.M.K.. **Representações dos Movimentos populares na mídia e como são representados e como eles se representam**. *Visibilidade pública e perspectivas cívicas. Conexão: Comunicação e Cultura*, v. 14, p. 31-49, 2015. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/3874>>

PIERANTI, O. P. **Políticas Públicas**: para radiodifusão e imprensa. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

PIERANTI, O.P. **A radiodifusão e os coronéis da mídia**: uma discussão conceitual acerca do “coronelismo eletrônico”. Eco-Pós, UFRJ, v.11, n. 1, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1005/945>

RAMOS, M. **Sobre a importância de repensar e renovar a ideia de Sociedade Civil**. In RAMOS, M. SANTOS. S. (orgs) Políticas de Comunicação: Buscas Teóricas e práticas, São Paulo: Ed.Paulus, 2007.

SANTOS, Suzy; SILVEIRA, Érico. **Serviço Público e Interesse Público nas Comunicações**. In RAMOS, M. SANTOS. S (orgs) Políticas de Comunicação: Buscas Teóricas e práticas. São Paulo: Ed.Paulus, 2007.

_____. **Presidência da República**. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm>. Acesso em 5 de junho de 2017.

_____. <<http://www.donosdamidia.com.br>>. Acesso em 5 de junho de 2017.

_____. <<http://www.mc.gov.br>>. Acesso em 5 de junho de 2017.

APÊNDICE I

Formulário de perguntas qualitativas para as rádios comunitárias com permissão de funcionamento no Amapá

Nome da rádio:

Frequência:

Entidade responsável:

Endereço:

Região de cobertura (cidades, bairros, logradouros, etc.):

Entrevistado:

Função:

I BLOCO - SOBRE A RÁDIO

- a) Qual a data de fundação da rádio? Quando conseguiu a autorização para funcionar?
- b) Qual é a situação da rádio atualmente perante o Ministério das Comunicações?
- c) Como é formado o atual quadro de gestão administrativa da entidade?
- d) Que tipo de profissionais são esses? Eles têm formação superior como jornalista, radialista ou operador técnico?
- e) Quais foram às pessoas que idealizaram inicialmente a rádio?

II BLOCO – PROGRAMAÇÃO

- a) Qual é a programação diária da rádio durante a semana e nos finais de semana?
- b) A programação prestigia a diversidade étnica, linguística, política, cultura, religiosa, sexual, etc.?
- c) Quais são os critérios e as formas para a seleção dessa programação vinculada?
- d) Como a rádio se mantém financeiramente?

III BLOCO - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

- a) Os moradores da região participam de todos os processos de escolha da programação, apoio, produção e apresentação da rádio?
- b) A população contribui financeiramente para a manutenção da rádio? De que forma?
- c) A rádio possui conselho? Quem participa e qual a função dessas pessoas?
- d) Como o conselho é escolhido? Quem é o presidente atualmente?
- e) Como funcionam as atividades do conselho? Há reuniões periodicamente?

IV BLOCO - ESTATUTO DA RÁDIO

- a) Quem participou da confecção do estatuto da Associação Comunitária?

b) Quais são as regras estabelecidas dentro do estatuto para o funcionamento da rádio comunitária?

c) Essas regras são respeitadas pela comunidade?

V) BLOCO – INTERFERÊNCIAS

a) Quais são as principais dificuldades e interferências para que a rádio comunitária desempenhe suas atividades?

b) Aponte as dificuldades técnicas e estruturais para o bom funcionamento da rádio.

c) Aponte as dificuldades econômicas para o funcionamento da rádio.

d) Quais as outras dificuldades que gostaria de enumerar que em sua opinião dificulta o bom funcionamento da rádio?

APÊNDICE II – Transcrição das entrevistas

Formulário de perguntas qualitativas para as rádios comunitárias com permissão de funcionamento no Amapá

Nome da rádio: Rádio Comunitária Novo Tempo.

Frequência: 105.9 FM.

Entidade Responsável: Associação de Comunicação Alternativa do Novo Horizonte.

Endereço: Rua Maria da Conceição dos Santos, Bairro Novo Horizonte II, número 3275.

Região de cobertura (cidades, bairros, logradouros): Toda a cidade de Macapá e uma parte de Santana, o que provoca briga de sinal no Distrito da Fazendinha, que se está entre as duas cidades.

Entrevistado: José Gomes de Almeida.

Função: Sócio fundador.

I BLOCO - SOBRE A RÁDIO

a) Qual a data de fundação da rádio?

Existem três períodos. Ela nasceu em julho de 1994 com sistema de alto-falante. Nesta época o nome era Alto Som Publicidade, mas já atuava como comunitária só que ainda não era rádio FM. Nós já tínhamos estúdio, programas e atitude de rádio. Quando ela ganhou o nome de Rádio Comunitária Novo Tempo ainda estava longe de sair a concessão, pois demorou oito anos para conseguirmos a autorização. Nosso processo foi o primeiro do Amapá a tramitar no Congresso Nacional, mas o Gilvan Borges, enquanto estava como senador, entrou com a dele e em seis meses a concessão foi expedida, porque ela fazia parte de comissões como à de Ciências e Tecnologia e Ciência e Redação. Em 1998 nós compramos o nosso primeiro transmissor e começamos a funcionar com frequência dentro da Escola Estadual José Maritano, foi quando pela primeira vez fomos fechados pela Polícia Federal e ANATEL, nessa época eu era vice-presidente da Associação e fui responder na PF, mas não fui preso porque eles queriam o presidente, que na época era o Francisco Santos Moraes. Depois compramos outros equipamentos e trabalhamos por um ano em caráter itinerante, mudando o local das transmissões, cada vez em uma casa diferente, porque assim, quando a fiscalização chegava, nós já estávamos em outro lugar. Até que montamos o nosso primeiro estúdio e fomos fechados pela segunda vez, depois voltamos a comprar equipamentos e colocamos no ar novamente, sendo pela terceira vez fechada, foi nessa vez que eu respondi processo no

Ministério Público. Enquanto isso, o nosso processo ainda estava tramitando em Brasília. Ganhamos a concessão definitiva só em novembro de 2006, mas porque tivemos a ajuda do senador João Capiberibe.

b) Qual é a situação da rádio atualmente perante o Ministério das Comunicações?

Ano passado o período de dez anos da primeira autorização venceu e tornamos a renovar. Hoje ela está autorizada, mas ainda em caráter precário aguardando a autorização definitiva.

c) Como é formado o atual quadro de gestão administrativa da entidade?

A diretoria executiva é composta por 12 membros, que são eleitos no período de quatro anos conforme o estatuto da Associação. A presidente atual é a Jessica Janielly Pequeno de Almeida, é ela que nomeia os diretores administrativos, que são nove no total, e que respondem por pastas referentes à Associação, são eles também que avaliam a programação para dizer se está dentro das diretrizes. Para você votar em um processo de eleição você precisa ter seis meses de associado e para ser votado tem que ter um ano como sócio.

d) Que tipo de profissionais são esses? Eles têm formação superior como jornalista, radialista ou operador técnico?

A presidente da Associação é formada em jornalismo. Geralmente o diretor de jornalismo também jornalista, por muito tempo foi o João Augusto, mas nem sempre são jornalistas formados, alguns apenas têm conhecimento na área. O diretor técnico geralmente também tem formação técnica e os demais profissionais tem conhecimentos nas áreas que atuam.

e) Quais foram às pessoas que idealizaram inicialmente a rádio?

Nós temos nove sócios fundadores, mas o idealizador foi o Francisco Santos Moraes, que também atuou com primeiro presidente. Eu entrei dois meses depois que ele fundou a associação, só que todo o restante saiu. Quando a concessão foi expedida só estava eu dessa turma inicial.

Foi na minha gestão que saiu todo o processo de concessão, mas ela iniciou com o Francisco quando ele recebeu os equipamentos doados pelo candidato a vereador Pery Arquilau, em

1994. Ele doou os equipamentos para que as pessoas fizessem alguma coisa de utilidade no bairro. O primeiro estúdio ficava na casa do Francisco Moraes. Nesse período já estava estourando no Brasil as rádios alternativas, que para muitos eram chamadas de rádios piratas. Esse movimento foi ganhando força e deu origem a ABRAÇO, em Brasília. Nós enviamos dois membros para a fundação da Associação das Rádios Comunitárias, o que começou a fortalecer os pequenos movimentos de rádios comunitárias no Brasil inteiro. Assim iniciou o processo de recolhimento de assinaturas para a lei 9.612. Aqui no Amapá eu e mais alguns colegas reunimos 2.500 assinaturas, e com isso, somando com as outras do Brasil, o significou 1% do eleitorado brasileiro e assim o processo entrou para tramitar na câmara dos deputados com o deputado Hélio Bicudo, e depois foi para o senado, onde a senadora Benedita da Silva do PDT tomou o processo.

II BLOCO – PROGRAMACÃO

a) Qual é a programação diária da rádio durante a semana e nos finais de semana?

Nós já chegamos a ter 80 programas. Iniciávamos a transmissão às cinco da manhã e terminávamos às 18 horas com vários programas. A cada dia tinha um tipo de programação, fora as do sábado e domingo, que eram formadas por pessoas que não estavam na programação durante a semana.

b) A programação prestigia a diversidade étnica, linguística, política, cultura, religiosa, sexual, etc.?

Sim, nós sempre tivemos programas para a juventude, mulheres, homossexuais, religiões, movimento negro, sindicatos e pessoas ligadas à cultura, sempre respeitando as entidades que faziam parte da comunidade. Tínhamos até time de futebol da rádio. Dentro da associação organizávamos festas juninas, promoção de eventos do garoto e da garota gata 105.9 FM.

c) Quais são os critérios e as formas para a seleção dessa programação vinculada?

A pessoa que deseja fazer um programa tem que ser associada. Deve respeitar a pluralidade da rádio. Podemos fazer a programação de qualquer partido, mas não pode haver política partidária. Fica livre pela criatividade da pessoa e o gênero que ela escolhe, damos liberdade para ela desenvolver o seu trabalho. Não exigimos que as pessoas sejam especialistas na área,

porque trata-se de uma rádio comunitária. Se o horário tiver vago ela pode entrar. Só temos a preocupação em períodos eleitorais para que não seja colocada políticas partidárias, porque existem punições. Uma vez recebemos uma multa por conta do jornalista Corrêa Neto que hoje já está em 100 mil reais e a gente não consegue pagar porque a rádio não pode angariar fundos, mas na hora de lhe punir eles aplicam multas de 50 mil, por exemplo. Nessa época do Corrêa Neto ele leu uma notícia da revista Veja sobre o senador Sarney.

f) Como a rádio se mantém financeiramente?

Essa é a coisa mais difícil. A lei não permite fazer comercial, temos um meio de comunicação, e como todo meio de comunicação sobrevive do comercial, mas nós não podemos. Com as rádios comunitárias é assim porque quem fez a lei foram os deputados, e 90% das rádios no Brasil pertencem a deputados ou empresários, ou o empresário usa para se tornar político ou o político usa para virar empresário. Eles aprovaram a lei e mandaram isso que significa a vida útil de um meio de comunicação que é a propaganda, porque o apoio cultural que é diferente, nós não podemos dizer os preços dos produtos, o máximo que se pode fazer é elogiar, isso disfarçadamente. Dessa forma, os empresários locais não investem, porque eles querem mostrar os seus produtos, então ficamos com um apoio em parte deles.

Temos também os associados que pagam uma mensalidade de cinco reais por mês. Os sócios com programa pagam 25 reais por hora de transmissão. Lá ele pode anunciar o apoio cultural dele, e o que ele consegue é dele.

O prédio onde fica a rádio conseguimos através de um convênio na época do governador João Capiberibe. Podemos fazer apoios institucionais, mas muito pequenos de prefeitura e governo, e também nunca conseguimos porque eles sempre querem que a gente defenda o lado A ou o lado B, e como temos a característica de neutralidade isso se torna difícil. As pessoas querem ajudar, mas querem ser ajudadas de uma forma bem clara, o que foge dos conceitos da nossa rádio. Nossa maior preocupação é que a rádio saia da mão da comunidade e vá para algum partido político, porque aí ela deixaria de ser comunitária. Hoje nós temos liberdade de entrar no ar sem pedir a autorização de ninguém, não tem nenhum político que diga o que não pode fazer, mas desse jeito a gente paga um preço bem grande porque não temos ajuda. Nós estamos mais de oito meses com ela fora do ar porque fugimos dessas propostas. Na verdade, fugimos um “pouquinho” da nossa realidade agora com a ajuda do Carlos Lobato, que está comprando esses equipamentos, mas que já estão saindo no CNPJ da rádio, o que quer dizer

que já é nosso, mas de qualquer maneira nós ficamos preocupados porque foge daquilo que a gente vem fazendo há muito tempo.

III BLOCO - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

a) Os moradores da região participam de todos os processos de escolha da programação, apoio, produção e apresentação da rádio?

Sim, mas precisam ser associados. Muitos jornalistas que estão hoje no mercado de trabalho começaram conosco. Nós formamos os jovens da comunidade com operadores. Realizamos cursos três vezes por ano para formar locutores, estes cursos são ministrados por jornalistas das universidades e emissoras de rádio, também vem gente de Brasília dar orientações para como proceder no rádio.

b) A rádio possui conselho? Quem participa e qual a função dessas pessoas?

Sim, o conselho de programação comunitário que é definido pela lei. Quem participa são entidades organizadas com igrejas, associação carnavalesca, associação dos negros do Curiaú, associação de bairro, mas todos precisam ter registro. Cada associação envia dois membros e essas pessoas representam o conselho dentro da rádio. Eles têm o poder de vetar uma programação que esteja fora do contexto. Este conselho é eleito pelas entidades que compõe a comunidade e quem elege a presidente do conselho são os associados que estão em dia com o pagamento, todos tem direito a votar e ser votado. A diretoria da rádio não tem poder de desfazê-lo. Hoje também temos em torno de 250 associados, mas já chegamos a possuir 600 no quadro da Associação.

c) Como o conselho é escolhido? Quem é o presidente atualmente?

Através de eleição entre as entidades que compõe a comunidade. Depois elas escolhem o presidente. Atualmente a presidente é a Neide Maciel, da Associação do Curiaú. Essas entidades têm por obrigação serem escolhidas no bairro onde a rádio atual. A lei diz que é no mínimo cinco, nós já fizemos com mais de 20 entidades. Elas precisam estar constituídas em cartório e com CNPJ na receita federal. Atualmente está difícil formar esse conselho, quase não conseguimos entidades legalizadas.

e) Como funcionam as atividades do conselho? Há reuniões periodicamente?

A diretoria executiva da rádio faz reunião uma vez por mês, já o conselho de programação se reúne três vezes por ano, mas se necessário fazem reuniões extras. Eles reúnem para cobrar do diretor de programação caso a programação não estiver adequada. Eles atuam como guardiões, a comunidade pode chegar até eles e cobrar se achar que não estão sendo representados.

IV BLOCO - ESTATUTO DA RÁDIO

a) Quem participou da confecção do estatuto da Associação Comunitária?

Nosso estatuto passou pela aprovação do Congresso Nacional. Todos os sócios e locutores da comunidade discutiram e aprovaram em assembleia geral. A assembleia geral reúne também obrigatoriamente em junho e janeiro de cada ano para fazer a prestação de contas da rádio. O estatuto é controlado pela assembleia geral, além do regimento interno da rádio que também foi criado em assembleia. Lá todos os associados têm voto igual.

b) Quais são as regras estabelecidas dentro do estatuto para o funcionamento da rádio comunitária?

Uma boa parte já está definida pela lei 9.612, outras vem do conselho de programação e do regimento interno da rádio. Nele são definidas coisas como o número de programas, ou de pedidos para programas, os prazos para participar das eleições, também questão da programação. O locutor é livre mais deve cumprir as normas gerais da legislação por conta das punições. A partir do momento que você entra como sócio tem autonomia de cobrar e questionar o que acha certo ou errado. Todo associado ganha uma cópia do estatuto e do regimento interno para acompanhar os direitos e deveres dos associados.

c) Essas regras são respeitadas pela comunidade?

Nada é completamente perfeito, uma vez ou outra acontece alguma coisa e alguma comissão é direcionada para resolver, mas conseguimos lidar com esses problemas.

V) BLOCO – INTERFERÊNCIAS

a) Quais são as principais dificuldades e interferências para que a rádio comunitária desempenhe suas atividades?

Para a grande mídia a rádio comunitária não interessa, porque é como se você estivesse comendo um bolo e tivesse que dividir aquela parcela com mais um. Eles não comungam com bons olhos mais um concorrente, tanto faz televisão ou rádio. A grande dificuldade nesse processo tem sido o financeiro, porque como não temos o apoio direto dos parceiros devido eles não poderem divulgar aquilo que querem isso dificulta e para qualquer coisa você precisa de dinheiro porque nada é de graça. O preço da energia é o mesmo de uma emissora comercial. Outra dificuldade é a comunhão das ideias porque nós temos grupos de diversos segmentos, em alguns momentos gera dissintonia quando alguém quer puxar para o seu lado, mas temos vencido isso com habilidade.

c) Aponte as dificuldades técnicas e estruturais para o bom funcionamento da rádio.

Nós conseguimos um prédio muito bom através do convênio com o governo, mas na questão de compra de equipamentos e manutenção se torna um problema porque envolve recursos. Nossa arrecadação é baixa e temos várias despesas como energia, internet, compra de equipamentos, manutenção de equipamentos, material de expediente e pessoal.

d) Aponte as dificuldades econômicas para o funcionamento da rádio.

Temos um problema grande com pessoal. Quando se tem um voluntário por poucos meses é uma coisa, agora ser voluntário a vida inteira é difícil conseguir. A partir do momento que temos um quadro de operadores e que precisamos pagar um salário e direitos trabalhistas, por exemplo, se ele chegar a ir à justiça ele ganha. Já tivemos problemas porque não tínhamos como pagar. Com a saída dos outros sócios fundadores ficou sobre mim a manutenção da rádio, fiz então um quadro de operadores com os meus filhos, porque se colocássemos outras pessoas e daqui a seis meses eles resolvem entra na Justiça a rádio não teria como pagar. A lei diz que ela não pode ter, mas cobra se ela colocar alguém. Já recebemos ajuda de alguns políticos, mas sempre tomamos cuidado porque se for para doar e querer algo em troca não será possível.

e) Quais as outras dificuldades que gostaria de enumerar que em sua opinião dificulta o bom funcionamento da rádio?

A rádio entrou em um processo tão complicado que ficamos no zero, fomos obrigados a fazer uma parceria com o Carlos Lobato, que não era muito do nosso lado, pois não fazia parte do nosso histórico nesses anos todos. É a primeira vez que nós estamos fazendo esta mudança, ou a gente fazia ou a rádio parava.

Ano passado passamos por três roubos, depois com muito esforço conseguimos comprar novos equipamentos. Quando ela completou 10 anos deu um raio e queimou tudo, não prestou mais nada. Então veio um rapaz e colocou um transmissor e colocou no ar, mas já queria mandar dentro do projeto e queria fazer tudo que era fora dos procedimentos legais que a gente sempre preservou, nós não aceitamos e ele retirou tudo.

Esse ano nós já ouvimos seis propostas de pessoas que queriam ajudar e botar a rádio para funcionar, sempre analisando a melhor que desce a liberdade para a comunidade permanecer como a verdadeira dona. Já houve muitas propostas, se eu quisesse me dar bem pessoalmente já teria cedido em troca da concessão da rádio, mas isso nunca aconteceu. Estamos firmando essa parceria agora, mas preocupados porque os padrões não são os nossos.

O próprio Gilvan Borges já ligou para ajudar a rádio mais queria interferir nela. A nossa concessão que demorou oito anos poderia ter demorado só um ano, se nós tivéssemos atendido o que ele pediu, ele queria a diretoria da rádio.

Essa questão de que a rádio é comunitária e que as pessoas vão ajudar por isso é mentira. Nesse último caso nós tínhamos só duas opções, ou a rádio iria perder a concessão porque estava fora do ar, porque precisaríamos de 15 a 20 mil para voltar a funcionar, ou aceitaríamos a parceria que fará voltar ao ar em 20 dias. Se entregássemos na mão de políticos nos conseguiríamos na hora, mas teríamos que passar para eles. Pagamos um preço alto por não aceitar propostas e permanecer com a finalidade comunitária e independente.

Formulário de perguntas qualitativas para as rádios comunitárias com permissão de funcionamento no Amapá

Nome da rádio: Rádio Comunitária Tartarugal FM.

Frequência: 87.9 FM.

Entidade responsável: Associação Comunitária dos Moradores de Tartarugalzinho.

Endereço: BR 156 – Km 234, Bairro Novo.

Região de cobertura (cidades, bairros, logradouros, etc.): Município de Tartarugalzinho e mais 18 comunidades rurais da região.

Entrevistado: Frederik da Silva Monteiro

Função: Diretor da rádio

I BLOCO - SOBRE A RÁDIO

f) Qual a data de fundação da rádio? Quando conseguiu a autorização para funcionar?

Foi fundada no dia 10 de outubro de 2010. Conseguimos a concessão nesse mesmo ano.

g) Qual é a situação da rádio atualmente perante o Ministério das Comunicações?

Estamos com a documentação toda certa, nosso prazo de vigência encerra só em 2020.

h) Como é formado o atual quadro de gestão administrativa da rádio?

Eu sou o diretor administrativo, temos o diretor de programação e o departamento técnico.

i) Que tipo de profissionais são esses? Eles têm formação superior como jornalista, radialista ou operador técnico?

Temos três pessoas com experiência em rádio, temos também professores, bacharéis em direito, pedagogos, teólogos, policiais militares e conselheiros tutelares.

f) Quais foram às pessoas que idealizaram inicialmente a rádio?

Foi a Associação de Moradores a pedido de toda a comunidade. Foi encaminhado para os políticos de influência para que pudessem conseguir a concessão para a gente, mas a pessoas

responsáveis pela rádio atualmente são a prefeitura de Tartarugalzinho, Câmara Municipal, Associações Comunitárias da Igreja Evangélica, Colônia de Pescador e Sindicatos que fazem parte do Conselho Comunitário que determina as programações. Agora para conseguir viabilizar em Brasília é toda uma articulação política, que fica a cargo dos contatos dos prefeitos, vereadores para poder acontecer a liberação.

II BLOCO – PROGRAMACÃO

a) Qual é a programação diária da rádio durante a semana e nos finais de semana?

É voltada para o entretenimento, religião, esporte, cultura e área da saúde que é feito pela Secretaria Municipal de Saúde. Também temos espaço para o Conselho Tutelar e segurança pública.

b) A programação prestigia a diversidade étnica, linguística, política, cultura, religiosa, sexual, etc.?

Sim, mas é difícil fazer isso, temos muitas barreiras, mas no final de tudo conseguimos.

c) Quais são os critérios e as formas para a seleção dessa programação vinculada?

Nós seguimos o estatuto da Associação que prevê a cultura, esporte, lazer, religião e utilidade pública. Deixamos tudo bem paritário. Em Tartarugalzinho, 57% são evangélicos, mais da metade da população, ou seja, o segmento evangélico acaba tendo a maior parte da programação da rádio, por conta da representatividade deles na sociedade. A procura deles é maior, mas sempre usamos critérios para a programação ter uma linguagem universal, não colocando doutrinas ou costumes. Eles não podem falar somente para o segmento deles, eles têm que buscar uma linguagem geral para a comunidade. O nosso papel da rádio não é pregar a discórdia, denegrir a imagem de alguém ou colocar em cheque a credibilidade de uma instituição, nosso objetivo é divulgar as ações e os trabalhos de acordo como tem que ser.

d) Como a rádio se mantém financeiramente?

A rádio se mantém com o apoio cultural. Uma instituição como a igreja que todo dia quer uma hora na programação, por exemplo, nós estipulamos um valor de apoio cultural para que

ela contribua com a gente. Os programas não são pagos, mas tem que ter o apoio cultural, que geralmente é uma quantia mínima porque não podemos cobrar valores altos porque ninguém faz isso. Nós buscamos parceria com a Prefeitura e com a Câmara de Vereadores, mas é muito difícil conseguir. Os locutores são voluntários e 50% do que eles ganham com o apoio cultural fica para a manutenção da rádio.

III BLOCO - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

a) Os moradores da região participam de todos os processos de escolha da programação, apoio, produção e apresentação da rádio?

Eles participam da seguinte forma, quando colocamos alguma programação da rádio que não os agrada eles questionam. Sempre realizamos uma assembleia com o conselho comunitário, que é formado pelas principais associações e sindicatos do município e também sempre pedimos para que os locutores falem para a população ligar para a rádio para dizer se estão gostando. Dessa forma eles participam do processo de construção da rádio. Temos também vários locutores de comunidades vizinhas. Temos em torno de oito apresentadores das outras regiões rurais e no total da rádio são 25.

b) A população contribui financeiramente para a manutenção da rádio? De que forma?

Não.

c) A rádio possui conselho? Quem participa e qual a função dessas pessoas?

Sim, participa do Conselho Comunitário a Associação dos Moveleiros, que é muito grande aqui, a da Assembleia de Deus, que é a maior igreja evangélica que nós temos, a Colônia de Pescadores de Tartarugalzinho, o Sindicato dos trabalhadores Rurais de Tartarugalzinho e a Associação Pro - idosos de Tartarugalzinho.

d) Como o conselho é escolhido? Quem é o presidente atualmente?

Atualmente a presidente do conselho é a representante da Colônia de Pescadores de Tartarugalzinho, Suzy Mira Coelho.

e) Como funcionam as atividades do conselho? Há reuniões periodicamente?

O conselho se reúne no período de quatro meses para verificar como está a programação da rádio e também para darem a opinião. A diretoria da rádio e o conselho têm uma boa sintonia e assim fazemos o trabalho que a sociedade quer.

IV BLOCO - ESTATUTO DA RÁDIO

a) Quem participou da confecção do estatuto da Associação Comunitária?

Foram os moradores com o apoio da Prefeitura e da Câmara de Vereadores. Agora em novembro, quando completamos sete anos, teremos uma nova assembleia para definir novas metas para o estatuto.

b) Quais são as regras estabelecidas dentro do estatuto para o funcionamento da rádio comunitária?

O estatuto traz a definição da programação bem distribuída.

c) Essas regras são respeitadas pela comunidade?

Sim. A minha vida toda foi trabalhar com comunicação, estou a sete anos atuando, desde jovem estou nesse meio. A gente procurar sempre trabalhar de acordo com a comunidade. Tem dentro da comunidade pessoas que participam mais que as outras. Às vezes entra um prefeito dizendo querer fazer parceria, mas acha que vai ser dono da rádio, entre um governador e é a mesma coisa, quer ajudar mais querendo mandar, sempre conseguimos segurar isso. A gente tenta os fazer entenderem que a rádio é uma ferramenta de desenvolvimento do município, de colaboração, ela não é um palanque político, não é uma instituição para se promover politicamente, só que enfrentamos muitas barreiras. Eu enfrento dificuldades por trabalhar a rádio como ela tem que ser trabalhada, mas eu sempre busco orientação da ANATEL e do Ministério Público. Quando alguém vem para cima de mim eu corro com o juiz ou com o MP. Dessa forma a gente consegue se segurar.

V) BLOCO – INTERFERÊNCIAS

- a) Quais são as principais dificuldades e interferências para que a rádio comunitária desempenhe suas atividades?

A nossa maior dificuldade é a abrangência do nosso sinal, que ainda é muito pouco. Existem 36 comunidades nessa região e só alcançamos 50%.

- a) Aponte as dificuldades técnicas e estruturais para o bom funcionamento da rádio.

Temos um prédio bem elaborado e com todos os equipamentos. Nossa dificuldade é mais com energia, acredito que pelo trabalho que prestamos a sociedade deveríamos pagar uma tarifa social ou ser isentos, porque nos prestamos um serviço muito grande para a CEA, Governo e o Município, mesmo a gente não tendo parceria com eles. A CEA, por exemplo, nunca deixou de cortar a nossa energia quando estamos com atrasado no pagamento, mas quando eles querem anunciar alguma coisa na rádio impõem logo à legislação dizendo que o serviço deles é gratuito. Como a nossa instituição é sem fins lucrativos vivemos de doação e se a gente não tiver tudo para. A rádio comunitária do município de Pracuúba está parada por conta do não pagamento da energia.

- b) Aponte as dificuldades econômicas para o funcionamento da rádio.

A falta de apoio do Governo e Prefeitura.

- c) Quais as outras dificuldades que gostaria de enumerar que em sua opinião dificulta o bom funcionamento da rádio?

A legislação é o maior problema por ser muito rigorosa e a cada dia o Ministério das Comunicações aperta mais as rádios comunitárias. Isso acontece porque os empresários estão querendo chegar às pequenas cidades para montar rádios comerciais, mas para eles terem resultado têm que acabar com as rádios comunitárias. Esse é o objetivo deles. A cada ano que passa a ANATEL aperta mais, colocando mais restrições para a gente.

Formulário de perguntas qualitativas para as rádios comunitárias com permissão de funcionamento no Amapá

Nome da rádio: Rádio Liberta Bailique FM

Frequência: 105.9 FM

Entidade responsável: Associação da Rádio Comunitária “Liberta Bailique FM”.

Endereço: Passagem Noemia Amanajás, S/N, Vila Progresso.

Região de cobertura (cidades, bairros, logradouros, etc.): Arquipélago do Bailique e todas as comunidades e algumas ilhas do Pará

Entrevistado: Maria José Tavares dos Santos

Função: Diretora da rádio.

I BLOCO - SOBRE A RÁDIO

j) Qual a data de fundação da rádio? Quando conseguiu a autorização para funcionar?

Foi fundada no dia 15 de novembro de 2002.

k) Qual é a situação da rádio atualmente perante o Ministério das Comunicações?

Está legalizada, do contrário acho que não estaria funcionando, mas não tenho total certeza.

l) Como é formado o atual quadro de gestão administrativa da entidade?

Diretor, vice-diretor, locutores e diretor de programação, sendo que o mesmo diretor de programação às vezes faz outras atividades dentro da emissora.

m) Que tipo de profissionais é esses? Eles têm formação superior como jornalista, radialista ou operador técnico?

Temos professores, alguns apenas têm curso para uso do rádio.

f) Quais foram às pessoas que idealizaram inicialmente a rádio?

A própria comunidade viu a necessidade pela falta de comunicação. A maioria das comunidades não possui telefone e internet, somente na vila principal, no caso a Vila Progresso, mas como não tinham como chegar junto ao Ministério das Comunicações

procuraram uma pessoa que já sabia como fazer, no caso o Gilvan Borges, que já possui algumas emissoras de rádio.

II BLOCO – PROGRAMACÃO

a) Qual é a programação diária da rádio durante a semana e nos finais de semana?

Durante a semana a programação é mais evangélica, temos também o programa de esporte. Ficamos fora do ar todos os dias das 19h às 20h devido ao horário destinado a Voz do Brasil. Temos programas também de entretenimento nos horários da manhã, tarde e noite. Nos finais de semana temos o programa Revista de Sábado, que é entretenimento e jornalismo. Esse é o programa com maior tempo na emissora, ele vai ao ar no sábado e são quatro horas de programa, das 10h às 14h. Depois a programação se distribui em um programa evangélico e de entretenimento voltado para os jovens. À noite a programação é MPB. No domingo segue praticamente as mesmas coisas, só as vezes que temos transmissões de jogos ao vivo diretamente da região.

b) A programação prestigia a diversidade étnica, linguística, política, cultura, religiosa, sexual, etc.?

Sim, a maioria de seus programas é evangélico e temos programas da igreja católica também. No mês de julho temos programas específicos para a quadra junina, e programas de esporte todos os dias.

c) Quais são os critérios e as formas para a seleção dessa programação vinculada?

As questões são: evitar questões políticas, começar e terminar no horário, os programas não podem ser apresentados por menores de idade, exceto se estiverem acompanhados por um responsável. Tem que incluir músicas regionais na programação e geralmente os programas tem que ter cunho social.

d) Como a rádio se mantém financeiramente?

Essa é a parte mais difícil, se seguir as regras das rádios comunitárias fica muito difícil manter, por exemplo, não podemos pagar ninguém, e nem ter comercial, temos só o apoio

cultural, onde pastores nos ajudam com doações. Temos alguns comerciantes da região que querem divulgar seus pequenos comércios e então colocamos como apoio cultural.

III BLOCO - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

a) Os moradores da região participam de todos os processos de escolha da programação, apoio, produção e apresentação da rádio?

Do processo de escolha não, apenas as pessoas que vão apresentar, mas quando não gostam questionam. A programação inclusive já foi mudada uma vez porque eles reclamaram que tinha muitos programas evangélicos em horários inadequados, então foi reajustado a programação.

b) A população contribui financeiramente para a manutenção da rádio? De que forma?

Muito pouco, a rádio sobrevive mais de doações. São doados produtores de limpeza, às vezes ajudam a comprar algum equipamento.

c) A rádio possui conselho? Quem participa e qual a função dessas pessoas?

A rádio é uma Associação composta de presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário, diretor de patrimônio, diretor cultural e diretor de operações.

d) Como o conselho é escolhido? Quem é o presidente atualmente?

Através de eleição.

e) Como funcionam as atividades do conselho? Há reuniões periodicamente?

As atividades funcionam mais na parte social, campanhas, programação nas datas comemorativas. As reuniões acontecem com o quadro de apresentadores, mas nem todos os apresentadores são filiados. A associação passa sempre por mudança de apresentadores, as vezes os programas continuam, mas constantemente são mudados os apresentadores.

IV BLOCO - ESTATUTO DA RÁDIO

a) Quem participou da confecção do estatuto da Associação Comunitária?

Os filiados.

b) Quais são as regras estabelecidas dentro do estatuto para o funcionamento da rádio comunitária?

No momento não estou com o estatuto em mãos, mas a maioria das regras é respeitada pela comunidade.

c) Essas regras são respeitadas pela comunidade?

Sim.

V) BLOCO – INTERFERÊNCIAS

a) Quais são as principais dificuldades e interferências para que a rádio comunitária desempenhe suas atividades?

A principal é a questão política, por ser a única da região. Muitas autoridades que vão não querem apenas falar da questão social, e sim, fazer politicagem. Se abre espaço para um tem que abrir para o outro e nem todos têm a consciência das regras da rádio comunitária.

b) Aponte as dificuldades técnicas e estruturais para o bom funcionamento da rádio.

Apenas quando danifica algum equipamento e dificuldade financeira para fazer a manutenção.

c) Aponte as dificuldades econômicas para o funcionamento da rádio.

Por não poder fazer grandes comerciais a rádio se mantém de colaboradores que ajudam como podem e com quanto podem.

d) Quais as outras dificuldades que gostaria de enumerar que em sua opinião dificulta o bom funcionamento da rádio?

Hoje a nossa maior dificuldade é a falta de energia elétrica, da qual dependemos. Tínhamos um grupo gerador próprio da emissora, mas que devido ao seu constante uso deu problema e não tivemos verba para concertar.

A outra dificuldade é a comunidade entender que não podemos pagar funcionários, portanto não podemos contratar então cada pessoa que trabalha tem que trabalhar sem remuneração. O que a rádio arrecada de seus colaboradores é apenas para a manutenção da rádio e não dá, praticamente só pagamos o telefone e a limpeza.

Formulário de perguntas qualitativas para as rádios comunitárias com permissão de funcionamento no Amapá

Nome da rádio: Onda Livre FM.

Frequência: 105.9 FM.

Entidade responsável: Associação Comunitária de Comunicação Onda Livre

Endereço: Avenida Oscar Santos, 52 – Distrito Industrial.

Região de cobertura (cidades, bairros, logradouros, etc.): O município de Santana e uma parte do município de Mazagão.

Entrevistado: Fernando Quintela dos Santos.

Função: Diretor da rádio.

Presidente Associação: Josué Cavalcante

I BLOCO - SOBRE A RÁDIO

n) Qual a data de fundação da rádio? Quando conseguiu a autorização para funcionar?

No ano de 2009

b) Qual é a situação da rádio atualmente perante o Ministério das Comunicações?

Autorizada.

c) Como é formado o atual quadro de gestão administrativa da entidade?

Temos a diretoria da rádio.

d) Que tipo de profissionais são esses? Eles têm formação superior como jornalista, radialista ou operador técnico?

Eu sou formado em jornalismo, mas temos professores e de outras áreas.

e) Quais foram às pessoas que idealizaram inicialmente a rádio?

II BLOCO – PROGRAMAÇÃO

a) Qual é a programação diária da rádio durante a semana e nos finais de semana?

Começamos às 5h e vamos até as 20h, depois da Voz do Brasil. Temos programas voltados para entretenimento, jornalismo, esporte, social e religioso.

b) A programação prestigia a diversidade étnica, linguística, política, cultura, religiosa, sexual, etc.?

Sim.

c) Quais são os critérios e as formas para a seleção dessa programação vinculada?

Nós sempre avaliamos a preferência regional da cidade, fazemos sempre reuniões de planejamento para traçar as metas que a rádio deseja atingir.

d) Como a rádio se mantém financeiramente?

A rádio se mantém através de contribuições e apoio cultural. Não é venda de comercial, mas tem apoio cultural e parcerias com entidades e empresas. Esses recursos servem para a compra de material de limpeza e manutenção principalmente.

III BLOCO - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

a) Os moradores da região participam de todos os processos de escolha da programação, apoio, produção e apresentação da rádio?

Eles participam. A cada semestre nós fazemos reuniões plenárias para delinear as questões já que estamos com uma concessão pública, por isso temos essa prática da plenária para dar participação popular.

o) A população contribui financeiramente para a manutenção da rádio? De que forma?

A população não porque as parcerias são mais de apoio cultural.

c) A rádio possui conselho? Quem participa e qual a função dessas pessoas?

Não sei informar. Eu estou apenas um mês na direção.

d) Como o conselho é escolhido? Quem é o presidente atualmente?

Não respondeu

e) Como funcionam as atividades do conselho? Há reuniões periodicamente?

Não respondeu

IV BLOCO - ESTATUTO DA RÁDIO

a) Quem participou da confecção do estatuto da Associação Comunitária?

Alguns diretores ainda permanecem, os que participaram da criação do estatuto.

b) Quais são as regras estabelecidas dentro do estatuto para o funcionamento da rádio comunitária?

c) Essas regras são respeitadas pela comunidade?

Com certeza.

V) BLOCO – INTERFERÊNCIAS

a) Quais são as principais dificuldades e interferências para que a rádio comunitária desempenhe suas atividades?

A dificuldade maior é financeira para manutenção da rádio porque ela é comunitária e não tem uma renda fixa, então dependemos muito de apoio cultural. Essas parcerias têm mês que também não tem.

b) Aponte as dificuldades técnicas e estruturais para o bom funcionamento da rádio.

Fizemos uma recente reforma na rádio e melhoramos a parte técnica, como o transmissor, porque tínhamos um problema com o transmissor, mas já está resolvido. É um transmissor pequeno de 25 watts, não é muito caro.

c) Aponte as dificuldades econômicas para o funcionamento da rádio.

p) Quais as outras dificuldades que gostaria de enumerar que em sua opinião dificulta o bom funcionamento da rádio?

Não, toda a nossa demanda a gente consegue cumprir.

Formulário de perguntas qualitativas para as rádios comunitárias com permissão de funcionamento no Amapá

Nome da rádio: Laranjal FM.

Frequência: 87.9.

Entidade responsável: Associação Comunitária de Radiocomunicações do Vale do Rio Jari.

Endereço: Rua Tancredo Neves, 3395.

Região de cobertura (cidades, bairros, logradouros, etc.): Cobre a cidade inteira.

Entrevistado: Sérgio Abreu.

Função: Locutor e ex-diretor

IBLOCO - SOBRE A RÁDIO

q) Qual a data de fundação da rádio? Quando conseguiu a autorização para funcionar?

A Associação foi criada em 2000 e a rádio foi ao ar pela primeira vez no dia 26 de agosto de 2002, já com a concessão.

c) Qual é a situação da rádio atualmente perante o Ministério das Comunicações?

Autorizada. Nós iniciamos em 2012 o processo de renovação da concessão e só conseguimos do Ministério das Comunicações em 2016. Esse é um processo muito burocrático.

d) Como é formado o atual quadro de gestão administrativa da entidade?

Para enxugar o quadro temos apenas o diretor administrativo e de programação, sendo que é a mesma pessoa, o Walmiro Sousa. Além dele temos mais sete radialistas.

e) Que tipo de profissionais são esses? Eles têm formação superior como jornalista, radialista ou operador técnico?

Não.

f) Quais foram às pessoas que idealizaram inicialmente a rádio?

A ideia dela foi minha, nós começamos a trabalhar com ela em 1997 e conseguimos legalizar só em 2002. Nós trabalhamos com ela de forma ilegal até conseguir autorização.

II BLOCO – PROGRAMACÃO

a) Qual é a programação diária da rádio durante a semana e nos finais de semana?

De segunda-feira a sexta-feira a nossa programação inicia às 5h da manhã. O primeiro programa é com um personagem cabuçu, que toca música regional do Pará e do Amapá, o nome dele é João Calado. Depois temos das 7h às 10h jornalismo, que foca nas questões da região, além do que repercute no Amapá e no Pará. Depois temos um programa musical voltado para o comércio e para a dona de casa, programa Rádio Show. Durante toda a tarde nós temos uma programação musical. De noite volta o jornalismo esportivo das 20h às 22h. Fechamos a programação da semana com um programa religioso, das 22h à 00h.

No final de semana é quase parecido.

b) A programação prestigia a diversidade étnica, linguística, política, cultura, religiosa, sexual, etc.?

A gente busca abranger. Nós temos essa programação de segunda-feira à sexta-feira, no sábado até pouco tempo tinha uma programação da igreja católica que deve passar a ser diário agora. No domingo temos um programa espírita. No sábado temos um programa de reggae, porque a nossa população é boa parte formada por maranhenses. A gente se vira para formatar uma programação que atenda os anseios da comunidade.

c) Quais são os critérios e as formas para a seleção dessa programação vinculada?

A qualificação e o preparo do radialista, porque a ideia dos programas é que sejam interessantes, mas se o radialista for inexperiente fica complicado, isso quando a programação é da emissora. Quando é de alguma instituição parceira, por exemplo, o programa da igreja católica é responsabilidade deles.

d) Como a rádio se mantém financeiramente?

Com apoiadores culturais. O comércio é nosso principal parceiro, eles que ajudam a sustentar a emissora.

III BLOCO - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

a) Os moradores da região participam de todos os processos de escolha da programação, apoio, produção e apresentação da rádio?

Eu chego a afirmar que talvez não exista outra rádio com uma relação tão forte quanto a nossa com a comunidade de Laranjal do Jari. O povo se sente dono da rádio. Nós temos aqui em Laranjal essa rádio comunitária, tem outra comercial e tem mais uma rádio comunitária em Monte Dourado, mas o nosso jornalismo alcança em média 80% de audiência, e essas pesquisas não foram feitas por nós, mas sim por parceiros como o Sebrae e o próprio comércio, que geralmente faz pesquisa antes de anunciar. E já virou uma coisa cultural, sempre quando o povo se refere a rádio, estão falando da Laranjal FM.

b) A população contribui financeiramente para a manutenção da rádio? De que forma?

Nunca fizemos o apelo direto, a contribuição da população vem quando a gente promove um evento e eles participam. Nós promovemos shows, campeonatos de futebol, para ter um exemplo, durante três anos nós fizemos os dois maiores eventos esportivos do Jari, que foi a copa laranjal e a copa Jari. Então quando eles compram o ingresso já estão ajudando. Mas tenho certeza que se precisássemos eles apoiariam. Quando precisou trabalhar a renovação da rádio, nós tínhamos um valor bem alto de multa junto ao Ministério das Comunicações, então saímos no comércio e falamos que precisávamos de apoio e todos ajudaram.

c) A rádio possui conselho? Quem participa e qual a função dessas pessoas?

Sim, a APAE faz parte, o Sindicato dos Taxistas e a Associação de Parteiras. É até uma obrigação nossa ter. Para formatar a nossa programação precisamos de o aval deste conselho para poder encaminhar ao Ministério.

d) Como o conselho é escolhido? Quem é o presidente atualmente?

Geralmente é a própria Associação Comunitária que preside. O presidente é o Walmiro Sousa.

e) Como funcionam as atividades do conselho? Há reuniões periodicamente?

Acho que a lei orienta que sejam feitas reuniões de três a quatro meses, mas normalmente se reúne para aprovar a programação. Acho que acontece a cada um ou dois anos também.

IV BLOCO - ESTATUTO DA RÁDIO

a) Quem participou da confecção do estatuto da Associação Comunitária?

A gente apanhou muito com esse estatuto, foram muitas dezenas de colaboradores. Nós primeiro pesquisamos na internet, pegando exemplos de Associações que já tinham avançado em relação ao Ministério. Encaminhamos e éramos sempre barrados e tínhamos que refazer.

b) Quais são as regras estabelecidas dentro do estatuto para o funcionamento da rádio comunitária?

Nós adequamos às resoluções do Ministério das Comunicações, o que ele diz nós temos que cumprir, não possuímos muitas liberdades para estar formatando um estatuto do jeito que a gente imagina. Usamos a lei para adequar o nosso estatuto.

c) Essas regras são respeitadas pela comunidade?

Sim, não temos problemas. Até porque a ANATEL está sempre fiscalizando.

V) BLOCO – INTERFERÊNCIAS

a) Quais são as principais dificuldades e interferências para que a rádio comunitária desempenhe suas atividades?

No início tentaram fazer interferências políticas, mas conseguimos vencer esses obstáculos e hoje eu posso dizer que não existe nada.

b) Aponte as dificuldades técnicas e estruturais para o bom funcionamento da rádio.

As nossas grandes limitações são técnicas porque o Ministério acaba prendendo a gente com um transmissor de 25 watts e com uma potência baixa, além a frequência de 87.9, que tudo que é vazamento de televisão ou rádio comercial acaba vazando interferindo no nosso sinal. Nós não temos mecanismos de defesa com relação a isso, porque se formos reclamar a própria lei já estabelece que não podemos.

c) Aponte as dificuldades econômicas para o funcionamento da rádio.

Depende muito do momento financeiro que vive a região, agora, por exemplo, nós estamos tendo muitas dificuldades, mas não chega a comprometer o andamento da rádio.

c) Quais as outras dificuldades que gostaria de enumerar que em sua opinião dificulta o bom funcionamento da rádio?

Nenhuma mais.

Formulário de perguntas qualitativas para as rádios comunitárias com permissão de funcionamento no Amapá

Nome da rádio: Rádio Itaubal FM.

Frequência: 87.9.

Entidade responsável: Associação da Rádio Comunitária de Itaubal.

Endereço: Rua São Benedito (rua principal), 202.

Região de cobertura (cidades, bairros, logradouros, etc.): Chega até o estado do Pará (área ribeirinha Canivete) e o município de Cutias que é vizinho da região.

Entrevistado: Cristinete Pereira do Rosário

Função: Vice-presidente da Associação e diretora da rádio.

I BLOCO - SOBRE A RÁDIO

r) Qual a data de fundação da rádio? Quando conseguiu a autorização para funcionar?

Ela já funciona há sete anos.

s) Qual é a situação da rádio atualmente perante o Ministério das Comunicações?

Está autorizada

t) Como é formado o atual quadro de gestão administrativa da entidade?

É formada pela Associação. O presidente é o meu marido Manoel José Ferreira do Rosário.

u) Que tipo de profissionais são esses? Eles têm formação superior como jornalista, radialista ou operador técnico?

Nós oferecemos cursos para locutor com instrutores de Macapá. Eles ganham o diploma de locutor e só pode apresentar o programa quem tem o certificado.

v) Quais foram às pessoas que idealizaram inicialmente a rádio?

Nós fundamos a Associação e como não tínhamos para quem pedir, nós pedimos para o nosso senador, nessa época era o Gilvan Borges, foi através dele que nós conseguimos essa rádio.

II BLOCO – PROGRAMAÇÃO

e) Qual é a programação diária da rádio durante a semana e nos finais de semana?

A programação começa às 6h e vai até 00h. Temos cerca de seis programas no dia, três horas de programa para cada locutor. São programas locais, não pode fazer transmissão de Macapá porque ela é comunitária.

f) A programação prestigia a diversidade étnica, linguística, política, cultura, religiosa, sexual, etc.?

Não, só cultural e religiosa, porque política não pode.

g) Quais são os critérios e as formas para a seleção dessa programação vinculada?

É tudo definido pela Anatel. São liberados só os nomes dos programas, a gente só define o horário e o locutor. Para quem quiser fazer um programa tem que ter o curso de locutor e conhecer o equipamento. Dessa forma, nós damos o nome do programa e a pessoa faz, mas tem que estar dentro da nossa grade, não pode ultrapassar a programação. Atualmente a nossa grade está completa, só se alguém desistir para entrar outro.

h) Como a rádio se mantém financeiramente?

Cobramos de cada locutor uma contribuição, não é para o programa, se a gente fosse cobrar o programa iria sair uns 600 reais, então a gente cobra só uma contribuição de 100 reais, mais ou menos, para pagar a energia, material de limpeza, e também para dar para as pessoas que tomam conta e limpam a rádio, só para isso. Cobramos as vinhetas também. A gente faz rifas, festas para arrecadar recursos.

III BLOCO - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

e) Os moradores da região participam de todos os processos de escolha da programação, apoio, produção e apresentação da rádio?

Eles não se interessam muito, é mais a gente da Associação e que faz parte da diretoria, somos oito pessoas no total. Somos nós que resolvemos todos os problemas de programação. Reunimos uma vez por mês com os locutores e definidos, assim que funciona.

f) A população contribui financeiramente para a manutenção da rádio? De que forma?

Não.

g) A rádio possui conselho? Quem participa e qual a função dessas pessoas?

Não.

h) Como o conselho é escolhido? Quem é o presidente atualmente?

Sem resposta.

e) Como funcionam as atividades do conselho? Há reuniões periodicamente?

Sem resposta.

IV BLOCO - ESTATUTO DA RÁDIO

d) Quem participou da confecção do estatuto da Associação Comunitária?

Foi à comunidade de Itaúbal.

e) Quais são as regras estabelecidas dentro do estatuto para o funcionamento da rádio comunitária?

A principal é não ter vínculo com política. Dentro da rádio também tem regras de como se comportar dentro do estúdio.

f) Essas regras são respeitadas pela comunidade?

Sim, a gente sempre tem reunião quando percebemos que as regras não estão sendo cumpridas. Reunimos e chamamos a atenção, assim volta tudo ao normal.

V) BLOCO – INTERFERÊNCIAS

e) Quais são as principais dificuldades e interferências para que a rádio comunitária desempenhe suas atividades?

Se a prefeitura fizesse um contrato com a gente se tornaria mais fácil para a rádio funcionar, mas até agora a prefeitura não deu nenhuma resposta. Fazemos o possível já que não temos fins lucrativos. Fazemos divulgações, rifas beneficentes, divulgação do Fórum e da escola. Tem mais coisa de graça do que pago. Então se o prefeito fizesse um convênio nós faríamos até de graça os programas todos, mas até agora não conseguimos.

f) Aponte as dificuldades técnicas e estruturais para o bom funcionamento da rádio.

Quando a gente quer uma pessoa para fazer as oficinas precisamos pagar a passagem, hospedagem, alimentação e a diária dele. Esse é o mais difícil, nós não temos locutores que sejam formados nessa área.

g) Aponte as dificuldades econômicas para o funcionamento da rádio.

A falta de apoio da prefeitura.

h) Quais as outras dificuldades que gostaria de enumerar que em sua opinião dificulta o bom funcionamento da rádio?

Tem algumas vezes que aparecem pessoas que querem fazer algumas coisas que não pode. Eles fizeram a oficina, sabem que está errado e mesmo assim querem fazer. Temos que ficar ligados direto na rádio para ver se eles não estão falando alguma coisa que não pode.

Formulário de perguntas qualitativas para as rádios comunitárias com permissão de funcionamento no Amapá

Nome da rádio: Calçoene FM.

Frequência: 87.9.

Entidade responsável: Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Calçoene.

Endereço: Rua João Anastácio dos Santos, 452, bairro Cea.

Região de cobertura (cidades, bairros, logradouros, etc.): Atinge em torno de 40 km.

Entrevistado: Luiz Arnaldo de Andrade Fernandes.

Função: Diretor da Rádio.

I BLOCO - SOBRE A RÁDIO

w) Qual a data de fundação da rádio? Quando conseguiu a autorização para funcionar?

Foi fundada no dia 13 de junho de 2002. A autorização foi concedida no mesmo ano. A concessão já foi renovada uma vez em 2012.

x) Qual é a situação da rádio atualmente perante o Ministério das Comunicações?

Ela está autorizada.

y) Como é formado o atual quadro de gestão administrativa da entidade?

Eu sou o diretor, mas também participo da programação na rádio. Só quando ocorre algum problema técnico eu aciono os técnicos de Macapá para cuidarem dos aparelhos eletrônicos.

z) Que tipo de profissionais é esses? Eles têm formação superior como jornalista, radialista ou operador técnico?

Eu já trabalhei em duas rádios piratas no município de Calçoene, uma delas já foi até fechada. Em 2002 eu comecei a trabalhar na Calçoene FM. Fui diretor de 2004 até 2008, até que me tornei vice-prefeito de Calçoene, nesse período eu fiquei fora. Quando o meu mandato acabou em 2012 eu voltei para a rádio, e no final de 2013 voltei a ser diretor. Estou desde essa época.

aa) Quais foram às pessoas que idealizaram inicialmente a rádio?

Não sei dizer, só sei que a presidente da Associação Comunitária responsável pela Rádio é a mesma pessoa desde a criação, o seu nome é Luiza Gomes Nascimento. Os membros iniciais já foram trocados, hoje são outras pessoas. A associação foi criada em 2001.

II BLOCO – PROGRAMAÇÃO

a) Qual é a programação diária da rádio durante a semana e nos finais de semana?

Durante a semana eu início a programação com o “Desperta Calçoene”, das 5h às 7h. Depois que eu saio do ar conecto com Macapá com a programação da rádio 102 FM (rádio privada filiada ao Sistema Beija-Flor de Comunicação), de lá é transmitido o programa “Tribuna da Cidade”, das 7h às 9h. Voltamos para a programação local com o programa “Alegria das Manhãs”, das 9h às 12h, em seguida vem o “Estado é Notícia” (rádio 102 FM), que vai até as 13h. Seguimos com um programa gospel local até as 14h. Logo depois, das 14h às 17h, transmitimos o programa “Show da Galera” (rádio 102 FM). Das 17h às 19h, passa “Os Cabuçus” (rádio 102 FM), e logo depois vem à “Voz do Brasil”, até as 20h. Encerramos a programação diária com um programa de músicas do passado (local) e outro de MPB (local), que vai até as 00h. Depois ficamos somente com o som digital.

Na programação de sábado tem um programa evangélico que vai das 6h até as 7h, depois, de 7h as 9h, vem um programa de carimbo chamado “Cunani”, que é apresentado pelo mesmo apresentador do “Alegria das manhãs”, que passa durante a semana. Em seguida tem o programa “Show de Alegria” (local), das 9h ao 12h. Logo depois tem o “Toque de Bola”, que vai até 1h da tarde. Depois tem um programa das 13h às 15h que toca todo tipo de música, logo depois eu volto apresentando um programa que só toca músicas de reggae, ele vai até as 18h. Em seguida vem o programa “Estação do Som” que vai até 20h e depois até as 00h só dance. No domingo é a mesma coisa.

b) A programação prestigia a diversidade étnica, linguística, política, cultura, religiosa, sexual, etc.?

A rádio é mais musical e religiosa.

c) Quais são os critérios e as formas para a seleção dessa programação vinculada?

A rádio é comunitária, nós somos voluntários, a gente não tem salário, quem chegar e oferecer uma contribuição para a manutenção da rádio pode participar.

d) Como a rádio se mantém financeiramente?

Não temos recursos, só o que temos é o dinheiro de apoio das pessoas que fazem os programas.

III BLOCO - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

a) Os moradores da região participam de todos os processos de escolha da programação, apoio, produção e apresentação da rádio?

Mais ou menos.

b) A população contribui financeiramente para a manutenção da rádio? De que forma?

Não, só quem contribui são os apoios culturais, os comerciantes. Agora quando a programação sai do ar por alguns dias eles sentem falta.

c) A rádio possui conselho? Quem participa e qual a função dessas pessoas?

Que eu saiba não. Porque é uma Associação, mas faz parte do Sistema Beija-Flor de Comunicação de Macapá, onde são várias rádios.

d) Como o conselho é escolhido? Quem é o presidente atualmente?

Não tem resposta

e) Como funcionam as atividades do conselho? Há reuniões periodicamente?

Não tem resposta

IV BLOCO - ESTATUTO DA RÁDIO

a) Quem participou da confecção do estatuto da Associação Comunitária?

O estatuto da rádio foi feito por pessoas que são associadas à associação, são pessoas que moram na comunidade.

b) Quais são as regras estabelecidas dentro do estatuto para o funcionamento da rádio comunitária?

Não sei dizer por que não tenho acesso.

c) Essas regras são respeitadas pela comunidade?

Sim.

V) BLOCO – INTERFERÊNCIAS

a) Quais são as principais dificuldades e interferências para que a rádio comunitária desempenhe suas atividades?

Essa rádio quando veio para o município veio por conta do grupo do Gilvan Borges, naquele tempo ele era do senado e eu acho que ele pegou algumas concessões de rádio. Agora para uma pessoa pegar uma concessão eu não sei quais são os procedimentos, porque faz 15 anos que essa rádio existe e nós não sabemos o que já mudou desses procedimentos para conseguir uma rádio comunitária. Acho que não é um bicho de sete cabeças.

b) Aponte as dificuldades técnicas e estruturais para o bom funcionamento da rádio.

Nós temos, mas tem a equipe de Macapá para consertar, qualquer problema a gente liga e eles vêm.

c) Aponte as dificuldades econômicas para o funcionamento da rádio.

Às vezes temos alguns problemas porque às vezes as peças são caras do transmissor.

d) Quais as outras dificuldades que gostaria de enumerar que em sua opinião dificulta o bom funcionamento da rádio?

Não disse nada.

Formulário de perguntas qualitativas para as rádios comunitárias com permissão de funcionamento no Amapá

Nome da rádio: Rádio Amapari FM.

Frequência: 87.9.

Entidade responsável: Associação da Rádio Comunitária de Pedra Branca do Amapari.

Endereço: Rodovia Perimetral Norte, s/n.

Região de cobertura (cidades, bairros, logradouros, etc.): Contempla toda a cidade de Pedra Branca.

Entrevistado: Lennon Vinicius da Costa Lameira.

Função: Diretor da rádio e presidente da Associação.

I BLOCO - SOBRE A RÁDIO

bb) Qual a data de fundação da rádio? Quando conseguiu a autorização para funcionar?

A rádio funciona desde o ano de 2003, mas sua fundação foi no dia 19 de janeiro de 2004. Foi a partir desta data que começamos a trabalhar, mas a efetivação só aconteceu em 2010.

cc) Qual é a situação da rádio atualmente perante o Ministério das Comunicações?

Autorizada.

dd) Como é formado o atual quadro de gestão administrativa da entidade?

Existe uma diretoria, que fazem parte presidente, vice-presidente, diretor de programação e tesoureiro, no total são oito cargos.

ee) Que tipo de profissionais são esses? Eles têm formação superior como jornalista, radialista ou operador técnico?

Como é uma rádio comunitária, sem fins lucrativos, essa questão do corpo técnico muda muito porque como não traz retorno financeiro e as pessoas passam alguns meses e saem. Algumas pessoas têm experiência, mas a maior parte das pessoas ainda está aprendendo.

ff) Quais foram às pessoas que idealizaram inicialmente a rádio?

Da primeira formação a maior parte já foi mudada porque o município de Pedra Branca é uma região com mineração, já entrou e saiu muita gente da rádio.

II BLOCO – PROGRAMACÃO

a) Qual é a programação diária da rádio durante a semana e nos finais de semana?

Nós estamos das 5h às 7h com o “Bom dia Amapari”, que é um programa de variedades. Das 7h às 9h nós tínhamos um programa de jornalismo, mas só que o locutor saiu e estamos procurando outro. Temos um programa de entretenimento que vai de 9h as 12h. De 13h as 15h é um programa evangélico, das 15h às 16h é um programa de entretenimento que também infelizmente não tem locutor. Das 19h às 22h vai ao ar um programa só com MPA, ele é cultural. De 22h até as 00h temos outro programa evangélico. Depois entre a música eletrônica que vai até o outro dia.

No sábado começa com a escola agrícola que tem um programa das 5h às 7h. Depois, das 8h às 9h, entra o Programa da Rita Lopes e de 9h as 12h só música POP. A igreja católica tem um programa de 12h as 13h e de 13h até as 15h entre um evangélico. O horário de 15h as 17h está vago. Finalizamos com um programa até as 00h só com música do passado.

Estamos sem programação de domingo. Tínhamos uma programação de humor, mas entre e saiu locutor. Não conseguimos pagar ninguém para estar no ar e também o intuito da rádio não é esse.

b) A programação prestigia a diversidade étnica, linguística, política, cultura, religiosa, sexual, etc.?

Todos os segmentos possuem espaço. Todos os programas são encaixados pela comunidade. Não temos profissionais, então é a comunidade que vai fazendo as programações.

c) Quais são os critérios e as formas para a seleção dessa programação vinculada?

Cada locutor traz um estilo e normalmente coloca o que a comunidade quer ouvir. Por exemplo, a escola agrícola trata da questão do cultivo, fala sobre a agricultura e coisas relacionadas a essa área. Os conteúdos são escolhidos pelas próprias entidades. Cada um inclui a seu modo, eu não posso impor nada. Em relação a essa questão de saída de locutores

acaba fazendo que eu, mesmo sendo presidente, tenha que assumir uma programação para cobrir a brecha.

d) Como a rádio se mantém financeiramente?

Apoio cultural. No passado a rádio já esteve bem melhor, conseguíamos investir nessa parte de equipamento, mas hoje nós estamos levando do jeito que dá. Quando quebra algum equipamento eu tenho que procurar algum parceiro para ajudar. Eu consegui pagar os talões de energia atrasados, mas o último não deu ainda. Fica difícil para os comerciantes manterem a rádio, as parcerias acabam sendo de pouco tempo.

III BLOCO - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

a) Os moradores da região participam de todos os processos de escolha da programação, apoio, produção e apresentação da rádio?

Sim, algumas pessoas ajudam. A comunidade sugere o que pode melhorar. O contato do locutor com o ouvinte é muito próximo, ainda mais porque trabalhamos com o telefone aberto, eles ligam e reclamam e questionam quando deixamos de fazer alguma coisa.

b) A população contribui financeiramente para a manutenção da rádio? De que forma?

Algumas pessoas sim. Com pequenas quantias de dinheiro.

c) A rádio possui conselho? Quem participa e qual a função dessas pessoas?

Sim, é a diretoria da rádio

d) Como o conselho é escolhido? Quem é o presidente atualmente?

Por eleição. Atualmente sou eu o presidente.

e) Como funcionam as atividades do conselho? Há reuniões periodicamente?

Só quando necessário.

IV BLOCO - ESTATUTO DA RÁDIO

a) Quem participou da confecção do estatuto da Associação Comunitária?

Os fundadores do início da rádio.

b) Quais são as regras estabelecidas dentro do estatuto para o funcionamento da rádio comunitária?

São regras para o funcionamento da rádio.

c) Essas regras são respeitadas pela comunidade?

Sim, porque tudo é tranquilo.

V) BLOCO – INTERFERÊNCIAS

a) Quais são as principais dificuldades e interferências para que a rádio comunitária desempenhe suas atividades?

A questão burocrática, manter essa documentação todo o tempo organizada. Como estamos distantes da capital não temos facilidade de locomoção para resolver essas coisas, isso também interfere no custo dela.

b) Aponte as dificuldades técnicas e estruturais para o bom funcionamento da rádio.

Temos por conta da distância do município e por não ter técnicos na cidade, sempre gera um custo a mais para manutenções dos equipamentos.

c) Aponte as dificuldades econômicas para o funcionamento da rádio.

Essa é a grande dificuldade, trabalhar com doação e a apoio cultural não é fácil, ainda mais depois da crise que o município ficou depois da saída da mineradora.

d) Quais as outras dificuldades que gostaria de enumerar que em sua opinião dificulta o bom funcionamento da rádio?

Manter uma rádio longe da capital, porque as peças e técnicos ficam difíceis de conseguir todo o tempo. Nós moramos a 180 km de Macapá e se quebrar alguma coisa fica bem complicado.